



Documento IPREV 00002955/2024

Dados do Cadastro

Entrada: 16/05/2024 às 17:19

Setor origem: IPREV/GEINV - Gerência de Investimentos

Setor de competência: IPREV/DINV - Diretoria de Investimentos

Interessado: IPREV-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDO FINANCEIRO

Classe: Comunicação Eletrônica sobre Ata de Reunião

Assunto: Ata de Reunião

Detalhamento: REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS/SC - 28/05/2024 - DOCUMENTOS E ATA



CONVOCAÇÃO REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RPPS/SC

Prezados membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC,

Como Presidente do Comitê de Investimentos, no uso das atribuições conferidas pelo art. 8º do Decreto 32 de 04 de fevereiro de 2015, convoco os membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC para a reunião ordinária mensal, a ser realizada na sala de reuniões anexa ao gabinete (10º andar), no **dia 28 de maio (terça) de 2024, às 14:00 hs**, para discussão e deliberações acerca da seguinte **PAUTA**:

1. Posição carteira em ABRIL/2024;
2. Cenários Macroeconômicos;
3. Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos – ABRIL/2024;
4. Aprovação política de alçadas;
5. Alteração Rol de Documentos para Credenciamento;
6. Credenciamento BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
7. Contribuições do EXECUTIVO ao SC FUTURO;
8. Demandas relativas aos recursos remanescentes do antigo fundo previdenciário;

Todos os documentos pertinentes a reunião estarão disponíveis no SGP-e no DOCUMENTO IPREV 2955/2024.

Atenciosamente,

Abelardo Osni Rocha Júnior
Diretor de Administração
Presidente Comitê de Investimentos do RPPS/SC



Assinaturas do documento



Código para verificação: **L17Z54TI**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ABELARDO OSNI ROCHA JUNIOR (CPF: 041.XXX.279-XX) em 16/05/2024 às 17:24:58

Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 06/06/2022 - 09:41:35 e válido até 05/06/2025 - 09:41:35.
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFfMDAwMDI5NTVfMjk1N18yMDI0X0wxN1o1NFRJ> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IPREV 00002955/2024** e o código **L17Z54TI** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



LDB
EMPRESAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
ABRIL 2024



Prezados Senhores,

Este documento tem por objetivo apresentar as principais características e informações referente a sua carteira de investimentos, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da mesma.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

Informações adicionais sobre quaisquer empresas, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros podem ser obtidas mediante solicitação.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o dia 30.04.2024.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela LDB CONSULTORIA FINANCEIRA.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe LDB Empresas.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA **98,68%**

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	0,90	-0,14	0,28	2,70	131.055.550,80	18,00	6.756.075.412,20	1,94
BB	BB	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,06	0,04	0,86	3,45	8.793.893,70	1,21	11.299.881.216,84	0,08
BB	BB	BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	3,91	-0,62	-1,63	-1,53	164.859.909,03	22,64	5.056.024.851,42	3,26
BB	BB	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,06	0,04	0,88	3,52	188.238.517,32	25,85	28.684.758.881,76	0,66
BB	BB	BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	6,09	-1,03	-2,93	-4,49	8.440.784,49	1,16	1.477.536.197,19	0,57
BB	BB	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,75	-0,17	-0,22	1,77	90.008.432,16	12,36	5.149.829.191,06	1,75
BB	BB	BB PREV IRF-M 1+	3,27	-0,48	-1,11	0,12	12.550.388,37	1,72	374.694.824,12	3,35
Sub-total Artigo 7º I, Alínea b			1,69	-0,24	-0,21	1,47	603.947.475,87	82,94		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV RF FLUXO FIC	0,06	0,04	0,80	3,20	114.658.188,65	15,75	4.150.521.759,60	2,76
Sub-total Artigo 7º III, Alínea a			0,06	0,04	0,80	3,20	114.658.188,65	15,75		
Renda Fixa			1,26	-0,19	-0,04	1,77	718.605.664,52	98,68		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENTA VARIÁVEL

1,32%

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	14,28	-1,29	-2,27	-7,60	9.585.230,34	1,32	320.731.770,13	2,99
		Sub-total Artigo 8º I	14,28	-1,29	-2,27	-7,60	9.585.230,34	1,32		
		Renda Variável	14,28	-1,29	-2,27	-7,60	9.585.230,34	1,32		
		Total	1,35	-0,21	-0,08	1,64	728.190.894,86	100,00		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Enquadramento da Carteira

Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Política de Investimentos			Pró-Gestão Nível 2	
				Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	603.947.475,87	82,94	0,00	85,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	114.658.188,65	15,75	0,00	13,00	60,00	0,00	70,00
	Total Renda Fixa	718.605.664,52	98,68					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	9.585.230,34	1,32	0,00	2,00	30,00	0,00	40,00
	Total Renda Variável	9.585.230,34	1,32					40,00
Total		728.190.894,86	100,00					

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades por Artigo

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	-0,21 -23,10	1,47 41,66	1,03 40,37	4,72 87,04	10,64 86,27	-1.240.492,28	8.760.842,04
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	0,80 90,06	3,20 90,48	2,30 90,35	4,91 90,59	11,39 92,36	1.047.790,08	4.796.121,38
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	-2,27 -0,57	-7,60 -1,44	-3,08 -1,65	8,03 -3,26	16,95 -3,64	-222.547,38	-788.439,08
ESTADO DE SANTA CATARINA (Total)						-415.249,58	12.768.524,34

RESULTADO POR ATIVO

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREV IRF-M 1+	12.691.162,45	0,00	0,00	0,00	12.550.388,37	-140.774,08	15.161,81
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	130.683.195,34	0,00	0,00	0,00	131.055.550,80	372.355,46	3.445.612,50
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	167.595.922,33	0,00	0,00	0,00	164.859.909,03	-2.736.013,30	-2.558.358,14
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	90.210.474,53	0,00	0,00	0,00	90.008.432,16	-202.042,37	1.567.211,51
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	8.695.445,04	0,00	0,00	0,00	8.440.784,49	-254.660,55	-397.129,36
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	8.511.904,70	208.143,78	0,00	0,00	8.793.893,70	73.845,22	283.724,83
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	186.591.719,98	0,00	0,00	0,00	188.238.517,32	1.646.797,34	6.404.618,89
	604.979.824,37	208.143,78	0,00	0,00	603.947.475,87	-1.240.492,28	

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREV RF FLUXO FIC	122.823.314,68	319.858.499,18	-329.071.415,29	0,00	114.658.188,65	1.047.790,08	4.796.121,38
	122.823.314,68	319.858.499,18	-329.071.415,29	0,00	114.658.188,65	1.047.790,08	

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	9.807.777,72	0,00	0,00	0,00	9.585.230,34	-222.547,38	-788.439,08
	9.807.777,72	0,00	0,00	0,00	9.585.230,34	-222.547,38	

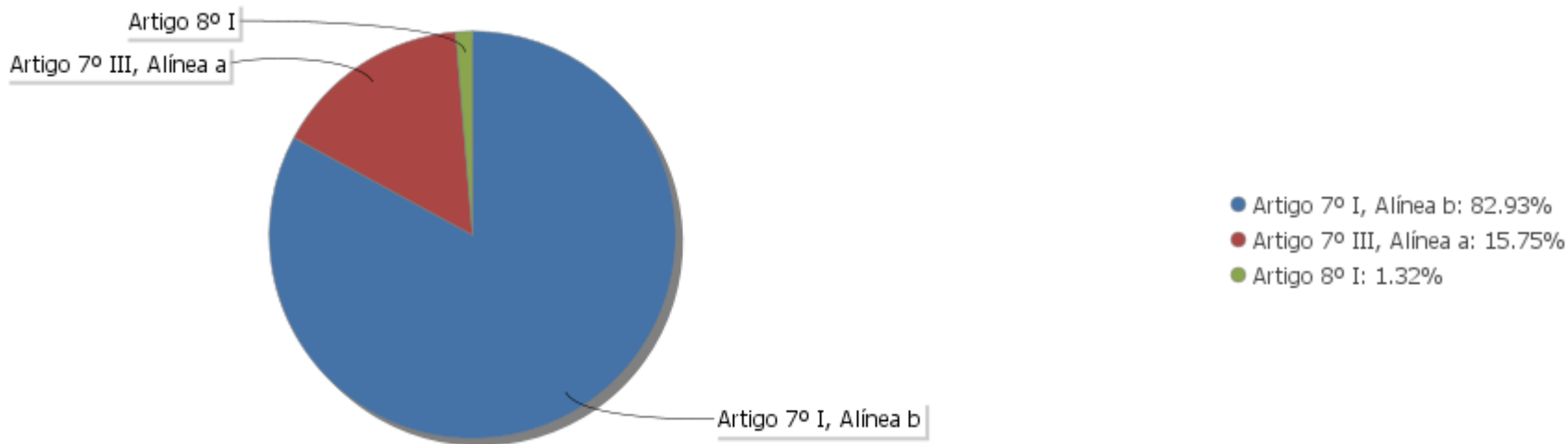
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise de Liquidez

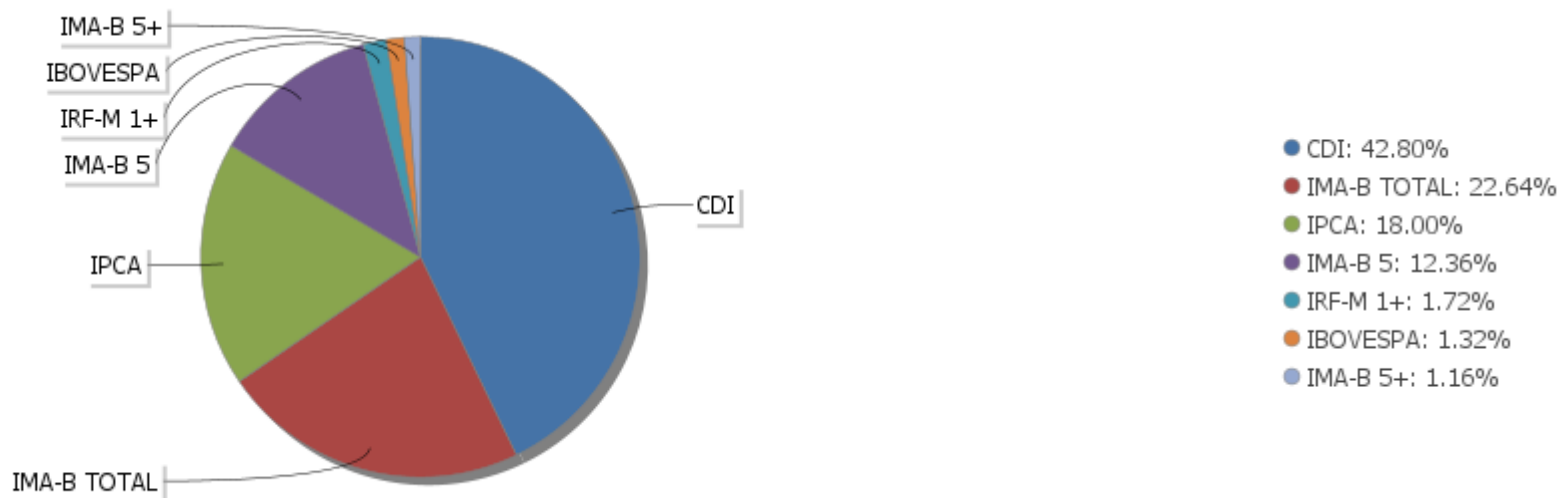
Período	Valor (R\$)	(%)	(%) Limite Mínimo P.I.	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
de 0 a 30 dias	728.190.894,86	100,00	80,00	728.190.894,86	100,00	80,00
de 31 dias a 365 dias	0,00	0,00	0,00	728.190.894,86	100,00	80,00
acima de 365 dias	0,00	0,00	0,00	728.190.894,86	100,00	80,00

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Artigo

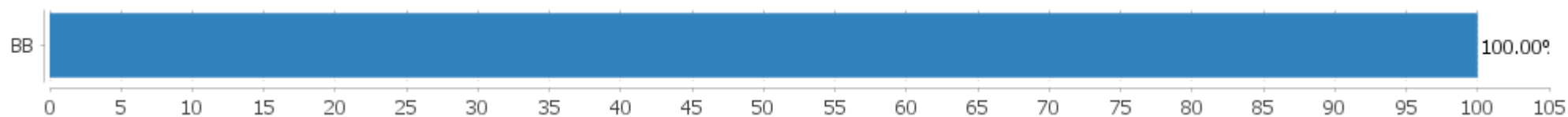


Alocação Por Estratégia



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Gestor



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2024	0,46	0,68	0,56	-0,08									1,64
INPC + 4,50%	0,96	1,15	0,54	0,76									3,44
p.p. indexador	-0,49	-0,47	0,02	-0,83									-1,81
2023	0,99	0,88	1,43	1,09	1,47	1,63	0,94	0,58	0,45	0,33	1,59	1,47	13,62
INPC + 1,72%	0,61	0,89	0,80	0,65	0,51	0,04	0,05	0,36	0,25	0,26	0,24	0,69	5,47
p.p. indexador	0,38	-0,02	0,63	0,44	0,96	1,59	0,88	0,22	0,20	0,07	1,36	0,79	8,15
2022	0,31	0,78	1,62	0,76	0,95	0,38	0,49	0,97	0,92	1,32	0,22	0,76	9,89
INPC + 1,55%	0,80	1,12	1,85	1,16	0,58	0,75	-0,47	-0,17	-0,19	0,59	0,50	0,83	7,57
p.p. indexador	-0,49	-0,33	-0,23	-0,40	0,36	-0,37	0,96	1,14	1,11	0,73	-0,28	-0,06	2,32
2021	-0,44	-0,71	-0,27	0,46	0,49	0,18	-0,09	-0,16	0,17	-0,87	1,43	0,77	0,94
IPCA + 2,89%	0,48	1,07	1,19	0,54	1,07	0,77	1,21	1,12	1,40	1,48	1,18	0,99	13,23
p.p. indexador	-0,91	-1,78	-1,46	-0,08	-0,58	-0,59	-1,31	-1,28	-1,23	-2,35	0,25	-0,22	-12,29
2020	0,46	0,40	-1,10	0,57	0,79	0,60	0,99	-0,41	-0,44	-0,00	0,62	2,20	4,74
IPCA + 3,16%	0,48	0,47	0,34	-0,06	-0,13	0,52	0,65	0,50	0,90	1,12	1,14	1,63	7,81
p.p. indexador	-0,02	-0,07	-1,44	0,63	0,92	0,08	0,34	-0,91	-1,34	-1,12	-0,52	0,57	-3,07

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	23	44,23
Meses abaixo - Meta Atuarial	29	55,77

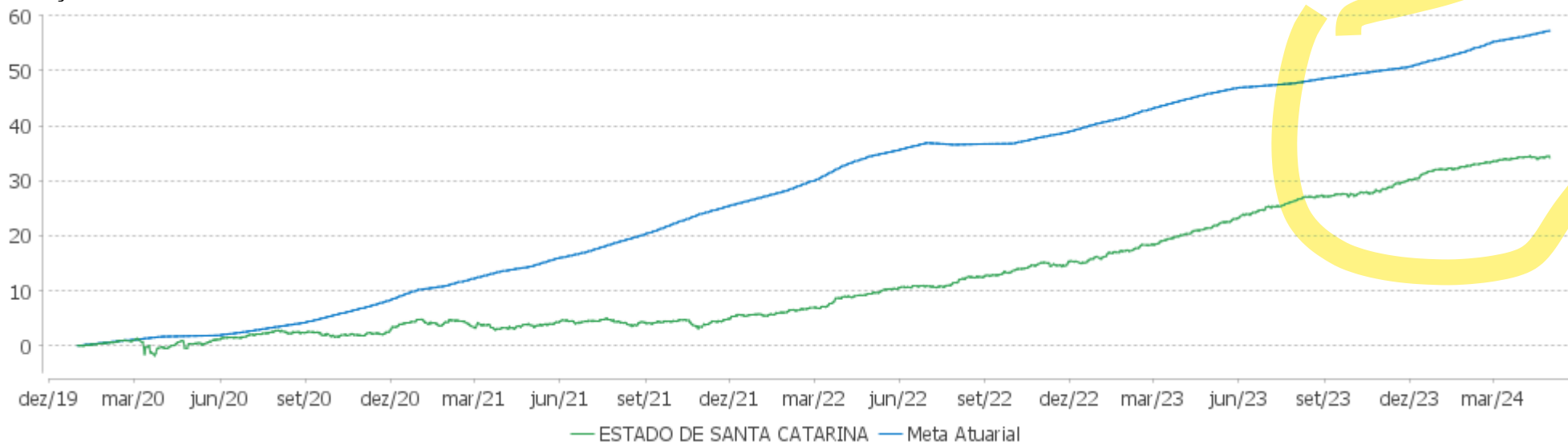
	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	2,20	2020-12
Menor rentabilidade da Carteira	-1,10	2020-03

Relatório

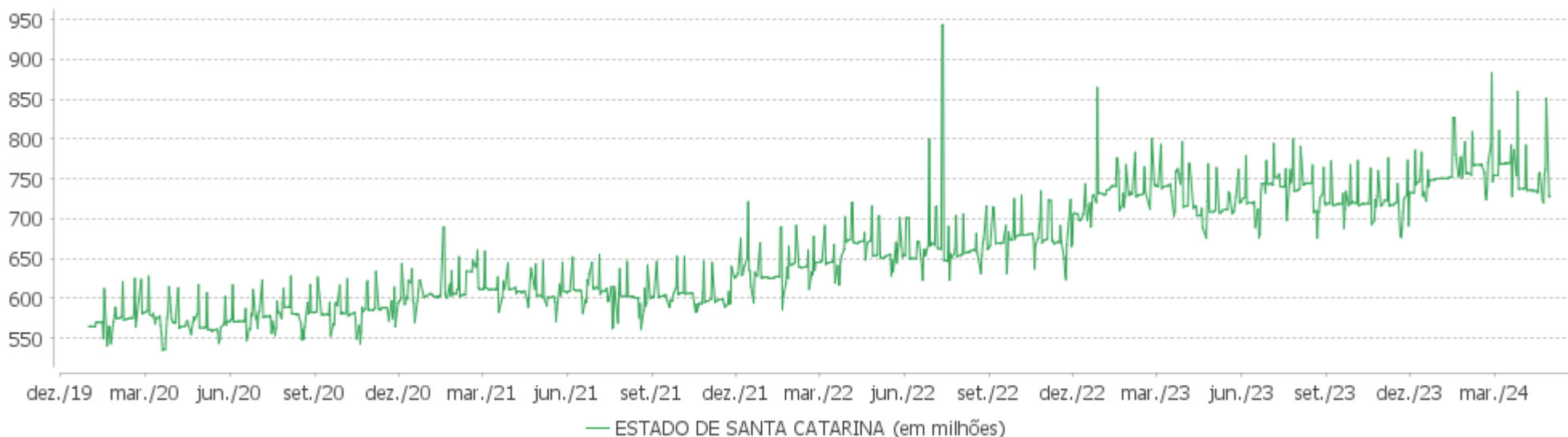
Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	1,17	2,46	-1,29	1,03
06 meses	4,77	4,40	0,38	1,13
12 meses	10,55	5,94	4,61	1,35
24 meses	22,60	11,76	10,84	1,49
36 meses	29,33	28,62	0,71	1,63
48 meses	33,73	41,50	-7,78	1,78
Desde 31/12/2019	34,16	43,25	-9,10	2,26

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Evolução

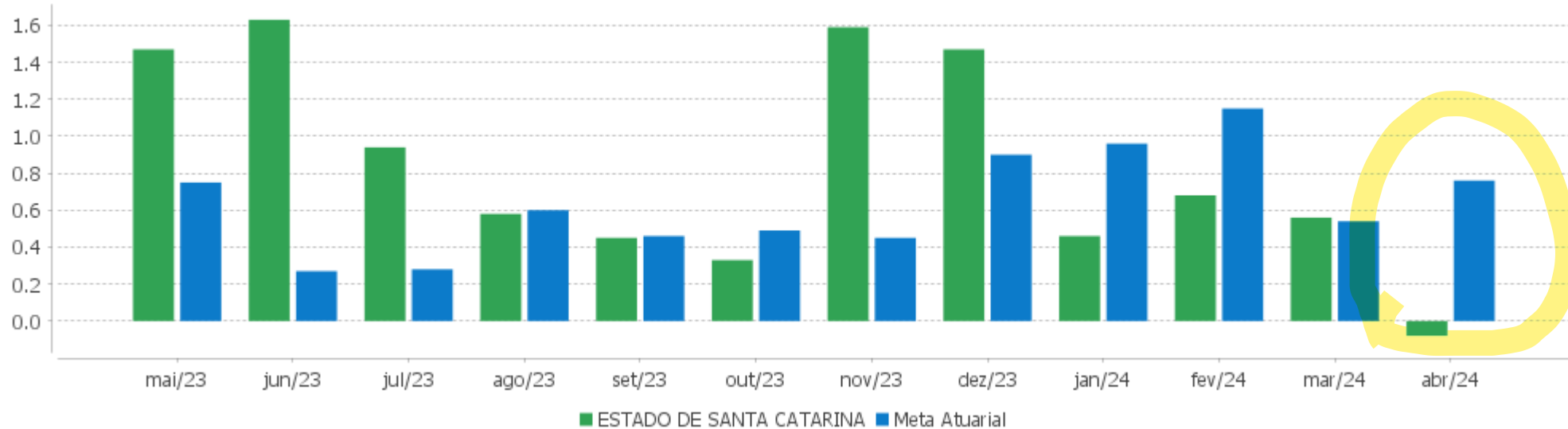


Patrimônio Líquido



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Performance dos Fundos

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
BB PREV IRF-M 1+ Var. IRF-M 1+ p.p.	-1,11 -0,09	0,12 -0,21	-0,45 -0,18	5,03 -0,25	12,21 -0,46	26,21 -1,19	24,44 -1,58
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI Var. IMA-B 5 p.p.	-0,22 -0,02	1,77 -0,08	1,10 -0,06	5,09 -0,11	8,23 -0,19	18,45 -0,46	29,22 -0,93
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI Var. IMA-B TOTAL p.p.	-1,63 -0,02	-1,53 -0,09	-1,05 -0,05	3,81 -0,11	7,58 -0,24	16,76 -0,54	21,83 -0,97
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI % do CDI	0,86 97,36	3,45 97,68	2,48 97,67	5,29 97,55	12,06 97,82	26,78 97,93	35,59 97,88
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI Var. IPCA p.p.	0,28 -0,10	2,70 0,90	1,84 0,46	4,81 2,15	12,62 8,94	25,48 17,45	31,12 9,99
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO % do CDI	0,88 99,45	3,52 99,63	2,54 99,67	5,39 99,49	12,29 99,73	27,31 99,84	36,42 100,17
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI Var. IMA-B 5+ p.p.	-2,93 -0,02	-4,49 -0,12	-3,03 -0,07	2,61 -0,15	6,49 -0,35	14,74 -0,79	14,28 -1,21
BB PREV RF FLUXO FIC % do CDI	0,80 90,06	3,20 90,48	2,30 90,35	4,91 90,59	11,23 91,09	24,87 90,93	32,27 88,73
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA Var. IBOVESPA p.p.	-2,27 -0,57	-7,60 -1,44	-3,08 -1,65	8,03 -3,26	16,95 -3,64	11,98 -4,75	-1,21 -7,12
ESTADO DE SANTA CATARINA Var. INPC + 4,50% p.p.	-0,08 -0,83	1,64 -1,81	1,17 -1,29	4,77 -0,07	10,55 2,69	22,60 5,59	29,33 -8,17
CDI	0,89	3,54	2,54	5,42	12,33	27,35	36,36
IBOVESPA	-1,70	-6,16	-1,43	11,30	20,58	16,73	5,91
INPC + 6,00%	0,88	3,93	2,82	5,58	9,40	20,38	43,48
IPCA + 6,00%	0,89	3,77	2,82	5,62	9,88	21,32	44,17

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Cotização e Taxas

Fundo	Aplicação		Resgate		Taxas	
	Cotização	Liquidação	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	D+1 du	D+0	D+1 du	D+3 du		1,00
BB PREV IRF-M 1+	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,30
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	D+0	D+0	D+3 du	D+3 du		0,30
BB PREV RF FLUXO FIC	D+0	D+0	D+0	D+0		1,00
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,20
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,20
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	D+0	D+0	D+2 du	D+2 du		0,20
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	D+0	D+0	D+0	D+0		0,10

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Indexadores

Renda Fixa

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IRF-M 1	0,58	3,05	2,20	5,03	11,97	26,87	34,02	37,14	46,19
IRF-M 1+	-1,02	0,33	-0,26	5,27	12,67	27,40	26,02	27,83	45,63
IRF-M TOTAL	-0,52	1,14	0,47	5,18	12,20	26,69	28,23	30,71	46,00
IMA-B 5	-0,20	1,85	1,16	5,20	8,42	18,91	30,15	41,76	54,05
IMA-B 5+	-2,91	-4,38	-2,95	2,77	6,84	15,52	15,49	27,38	38,18
IMA-B TOTAL	-1,61	-1,44	-1,00	3,93	7,83	17,30	22,80	34,66	46,69
IMA-GERAL TOTAL	-0,22	1,41	0,94	4,96	10,96	23,84	29,96	35,96	47,48
IDKA 2	-0,29	1,94	1,12	5,32	8,39	18,52	29,51	41,70	53,91
IDKA 20	-4,90	-9,27	-6,13	1,23	7,00	14,11	3,87	18,01	24,63
CDI	0,89	3,54	2,54	5,42	12,33	27,35	36,36	39,29	46,54

Renda Variável

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IBOVESPA	-1,70	-6,16	-1,43	11,30	20,58	16,73	5,91	56,42	30,69
IBRX 100	-1,34	-5,57	-1,11	11,93	21,16	15,35	3,64	56,75	33,05
IBRX 50	-0,62	-4,66	-0,53	12,46	22,10	17,11	6,05	62,71	32,79
SMALL CAP	-7,76	-11,53	-5,32	6,51	12,36	-9,98	-28,71	11,14	6,04
Índice Consumo - ICON	-5,98	-12,66	-4,71	7,68	6,01	-22,89	-46,53	-30,89	-30,19
Índice Dividendos - IDIV	-0,56	-4,35	-0,87	13,19	21,76	24,83	29,53	77,48	64,74

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Investimentos Estruturados

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
S&P 500	-0,79	12,78	8,50	22,79	24,91	28,13	15,27	64,77	124,09

Investimentos Imobiliários

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IFIX	-0,77	2,12	1,45	7,16	18,32	20,22	18,20	29,89	34,82

Investimentos no Exterior

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
MSCI ACWI	0,00	11,18	8,09	21,53	19,47	21,69	3,18	47,40	88,97

Indicadores Econômicos

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,38	1,80	1,38	2,66	3,69	8,03	21,13	29,32	32,42
INPC	0,37	1,95	1,38	2,62	3,23	7,19	20,55	29,70	32,89
IGPM	0,31	-0,60	-0,68	0,73	-3,04	-5,14	8,77	43,59	53,19
SELIC	0,89	3,54	2,54	5,42	12,33	27,35	36,36	39,29	46,54

Meta Atuarial

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	0,72	3,12	2,34	4,64	7,82	16,81	36,19	51,17	61,01
IPCA + 5,00%	0,81	3,45	2,58	5,13	8,85	19,05	40,14	57,04	68,88
IPCA + 5,50%	0,85	3,61	2,70	5,38	9,37	20,19	42,15	60,03	72,92
IPCA + 5,89%	0,88	3,74	2,79	5,57	9,77	21,07	43,72	62,40	76,13
IPCA + 6,00%	0,89	3,77	2,82	5,62	9,88	21,32	44,17	63,07	77,05
INPC + 4,00%	0,71	3,28	2,34	4,60	7,35	15,90	35,54	51,62	61,59
INPC + 6,00%	0,88	3,93	2,82	5,58	9,40	20,38	43,48	63,56	77,68

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Movimentações

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
3720	01/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	54.576,23	0,00	19.598,36727000	2,7847335060
3730	01/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	4.061.174,33	0,00	1.458.370,90739500	2,7847335060
3747	01/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	36.824,89	0,00	13.223,84706400	2,7847335060
3777	01/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	2.029.340,31	728.737,70708300	2,7847335060
3802	01/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	2.035.051,72	730.788,67892200	2,7847335060
3721	02/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	6.795,90	0,00	2.439,52936900	2,7857422360
3731	02/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	1.549,65	0,00	556,27903300	2,7857422360
3748	02/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	1.034.361,48	371.305,52376100	2,7857422360
3800	02/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	295.831,82	0,00	106.194,97244800	2,7857422360
3816	02/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	1.046.456,25	0,00	375.647,19250600	2,7857422360
3722	03/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	208,47	0,00	74,80796300	2,7867354070
3749	03/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	34.321,31	12.315,95576500	2,7867354070
3807	03/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	1.726,86	0,00	619,67131700	2,7867354070
3723	04/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	3.648,52	0,00	1.308,76785700	2,7877518370
3750	04/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	34.312.116,10	0,00	12.308.167,33562700	2,7877518370
3803	04/04/2024	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	1.727,49	0,00	207,48888800	8,3256988650
3808	04/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	1.727,49	619,67131700	2,7877518370
3817	04/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	19.414.048,37	0,00	6.964.051,86155000	2,7877518370
3724	05/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	7.940.988,26	0,00	2.847.508,99261700	2,7887491420
3732	05/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	112.768,92	40.437,09715600	2,7887491420
3751	05/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	42.304.777,22	15.169.803,75999700	2,7887491420
3769	05/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	366.553,59	131.440,14442900	2,7887491420
3786	05/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	92.529,54	33.179,58528700	2,7887491420
3818	05/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	21.578.036,27	7.737.532,19499900	2,7887491420
3733	08/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	54,19	0,00	19,42464300	2,7897552310
3752	08/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	71.873,38	0,00	25.763,32833800	2,7897552310
3819	08/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	1.255,98	0,00	450,21154000	2,7897552310
3753	09/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	114.736,95	0,00	41.113,29200300	2,7907507380

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
3820	09/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	7.954,02	0,00	2.850,13630600	2,7907507380
3734	10/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	19.438,42	6.962,77054200	2,7917651290
3754	10/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	506.525,83	0,00	181.435,68910500	2,7917651290
3770	10/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	161.631,77	57.895,90546900	2,7917651290
3778	10/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	273.594,33	98.000,48261900	2,7917651290
3821	10/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	7,32	2,62199700	2,7917651290
3755	11/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	17.261,14	6.180,65290500	2,7927696740
3725	12/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	437,27	0,00	156,51516800	2,7937867180
3735	12/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	640,00	229,07976300	2,7937867180
3756	12/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	247.321,34	88.525,49065600	2,7937867180
3822	12/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	2.123,03	0,00	759,91126500	2,7937867180
3736	15/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	18.257,88	6.532,76288400	2,7948174950
3757	15/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	728,63	0,00	260,70754200	2,7948174950
3737	16/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	21.734,98	0,00	7.774,08400800	2,7958252030
3758	16/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	2.299,58	822,50492500	2,7958252030
3771	16/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	3.336,12	0,00	1.193,25056300	2,7958252030
3738	17/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	2.455,78	878,05375500	2,7968447090
3759	17/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	167.541,98	59.903,92654300	2,7968447090
3779	17/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	348,69	124,67263500	2,7968447090
3794	17/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	7.630,28	2.728,17435100	2,7968447090
3804	17/04/2024	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	7.630,28	0,00	913,24906500	8,3550920390
3809	17/04/2024	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	348,69	0,00	41,73383100	8,3550920390
3823	17/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	13.168,08	0,00	4.708,19132600	2,7968447090
3739	18/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	79.725,19	28.495,06784300	2,7978592800
3760	18/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	16.147.485,18	0,00	5.771.371,45367700	2,7978592800
3824	18/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	5.845.253,53	0,00	2.089.187,82005300	2,7978592800
3740	19/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	113.771,57	40.649,10750400	2,7988700610
3761	19/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	16.247.664,53	5.805.079,97009200	2,7988700610
3772	19/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	800,00	0,00	285,82963200	2,7988700610
3780	19/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	24.243.293,68	0,00	8.661.814,64363400	2,7988700610

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
3787	19/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	2.284,00	0,00	816,04359900	2,7988700610
3814	19/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	53.279,92	0,00	19.036,22491800	2,7988700610
3825	19/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	6.748.747,27	2.411.239,93715900	2,7988700610
3726	22/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	8.059.986,12	2.878.704,87236300	2,7998653830
3741	22/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	6.555.391,64	2.341.323,86499800	2,7998653830
3762	22/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	7.794.860,77	0,00	2.784.012,69479800	2,7998653830
3773	22/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	56,11	0,00	20,04024900	2,7998653830
3781	22/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	33.209.372,43	11.861.060,40370300	2,7998653830
3788	22/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	5.454.592,54	0,00	1.948.162,42706400	2,7998653830
3795	22/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	68.136,80	0,00	24.335,74143000	2,7998653830
3810	22/04/2024	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	53.298,87	0,00	6.371,72647100	8,3649023920
3815	22/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	53.298,87	19.036,22491800	2,7998653830
3826	22/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	26.842,14	0,00	9.586,93948700	2,7998653830
3763	23/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	499.920,39	0,00	178.486,46026800	2,8008869090
3789	23/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	7.591.702,54	0,00	2.710.463,78759700	2,8008869090
3796	23/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	11.572.610,93	4.131.766,58179700	2,8008869090
3827	23/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	4.955,24	0,00	1.769,16818100	2,8008869090
3742	24/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	2.056,99	734,13999900	2,8019042740
3764	24/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	25.707,36	0,00	9.174,96012900	2,8019042740
3774	24/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	22.030.588,16	0,00	7.862.719,78112500	2,8019042740
3782	24/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	15.797.071,25	0,00	5.637.976,78478400	2,8019042740
3790	24/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	1.228,00	0,00	438,27335900	2,8019042740
3797	24/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	2.124.534,75	758.246,72873900	2,8019042740
3805	24/04/2024	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	10.486,07	0,00	1.252,59566900	8,3714723430
3811	24/04/2024	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	52.507,82	0,00	6.272,23239200	8,3714723430
3828	24/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	163,37	0,00	58,30677400	2,8019042740
3727	25/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	182,03	0,00	64,94293300	2,8029223400
3743	25/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	59.839,49	21.348,96466700	2,8029223400
3765	25/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	4.705.356,45	0,00	1.678.732,36544900	2,8029223400
3791	25/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	10.968.574,54	3.913.263,80451800	2,8029223400

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
3798	25/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	12.349.524,16	0,00	4.405.945,88860400	2,8029223400
3806	25/04/2024	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	10.486,07	0,00	1.252,10110500	8,3747789630
3744	26/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	826.038,75	294.599,80787400	2,8039351280
3766	26/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	104.207.507,00	0,00	37.164.735,36045300	2,8039351280
3775	26/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	23.000.251,34	8.202.847,17371700	2,8039351280
3783	26/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	712.561,66	254.129,15330500	2,8039351280
3792	26/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	486.208,82	173.402,30704500	2,8039351280
3829	26/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	9.309.185,35	0,00	3.320.043,05557500	2,8039351280
3728	29/04/2024	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	59.548,51	0,00	7.104,91467100	8,3813124790
3729	29/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	59.548,51	21.229,96413700	2,8049279040
3745	29/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	7.545.455,19	0,00	2.690.070,99228400	2,8049279040
3767	29/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	116.201.259,56	41.427.538,79495200	2,8049279040
3776	29/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	3.126.238,04	0,00	1.114.552,01238500	2,8049279040
3784	29/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	13.819.429,19	4.926.839,35665200	2,8049279040
3793	29/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	1.508.366,36	537.755,83958800	2,8049279040
3801	29/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	290.904,04	0,00	103.711,77083900	2,8049279040
3812	29/04/2024	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	772,10	0,00	92,12161000	8,3813124790
3830	29/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	3.458.337,21	1.232.950,48156800	2,8049279040
3746	30/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	2.583.812,70	0,00	920.835,95656000	2,8059424500
3768	30/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	15.036,38	0,00	5.358,76279200	2,8059424500
3785	30/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	2.217.202,75	0,00	790.181,12078500	2,8059424500
3799	30/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	660.891,49	235.532,80289100	2,8059424500
3813	30/04/2024	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	11.337,88	0,00	1.352,22803300	8,3845917410
3831	30/04/2024	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	2.035.051,72	725.264,95331400	2,8059424500
Total			320.066.642,96	329.071.415,29		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise de Risco

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0% Value-At-Risk (R\$): 3.394.524,85 Value-At-Risk: 0,47%

	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	Limite ⁽⁵⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
Artigo 7º	1,30	0,42	5,00	0,41	-0,72	-0,04	718.605.664,52	98,68
Artigo 8º	13,76	6,57	20,00	0,06	-0,23	-2,27	9.585.230,34	1,32
ESTADO DE SANTA CATARINA		0,47		0,47			728.190.894,86	100,00

Renda Fixa Value-At-Risk: 0,42%

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	0,98	0,24	0,03	0,25	-0,61	0,28	131.055.550,80	18,00
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	0,00	0,01	0,00	0,00	-5,67	0,86	8.793.893,70	1,21
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	3,47	1,24	0,27	0,02	-0,73	-1,63	164.859.909,03	22,64
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,00	0,02	0,00	0,00	-1,05	0,88	188.238.517,32	25,85
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	5,25	1,98	0,02	0,03	-0,73	-2,93	8.440.784,49	1,16
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,93	0,53	0,06	0,01	-0,57	-0,22	90.008.432,16	12,36
BB PREV IRF-M 1+	4,19	1,24	0,02	0,03	-0,48	-1,11	12.550.388,37	1,72
Sub-total	1,55	0,50	0,41		-0,71	-0,21	603.947.475,87	82,94

Artigo 7º III, Alínea a

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV RF FLUXO FIC	0,01	0,02	0,00	0,01	-12,72	0,80	114.658.188,65	15,75
Sub-total	0,01	0,02	0,00		-12,72	0,80	114.658.188,65	15,75

Renda Variável Value-At-Risk: 6,57%

Artigo 8º I

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	13,76	6,57	0,06	1,51	-0,23	-2,27	9.585.230,34	1,32
Sub-total	13,76	6,57	0,06		-0,23	-2,27	9.585.230,34	1,32

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)

(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)

(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(5) Limite Política de Investimentos (%)



LDB
CONSULTORIA

RELATÓRIO MACROECONÔMICO

MAIO/2024

Prezados(as) Senhores(as),

Este documento tem por objetivo apresentar as principais informações macroeconômicas para o mês de maio de 2024, na intenção de ajudá-los na tomada de decisão e acompanhamento da carteira de investimentos.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o último dia útil do mês de referência, sendo disponibilizado em 10.05.2024.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela LDB CONSULTORIA FINANCEIRA.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe LDB Empresas.

“O que sabemos aprendemos fazendo.”

-Aristóteles-

1. COMENTÁRIO DO MÊS:

MERCADOS INTERNACIONAIS

Em abril, os mercados globais reagiram a dados mais resilientes de inflação e atividade nos EUA. Os juros futuros apresentaram alta, os índices de ações tiveram desempenho negativo e o dólar se valorizou frente às demais moedas. Além disso, houve a continuidade das discussões sobre o início do ciclo de redução dos juros americanos.

Nos EUA, os indicadores de atividade seguem crescendo de forma robusta, com destaque para o bom desempenho do consumo das famílias. Da mesma forma, mercado de trabalho continua aquecido, com desemprego baixo e crescimento relevante dos salários. Já o processo de desinflação mostra-se mais gradual que o esperado, inclusive com o núcleo da inflação de serviços passando por aceleração recentemente.

Assim, ainda nos EUA, o FED indicou ser necessário mais tempo para avaliar a convergência da inflação para a meta, sugerindo que não tem pressa para afrouxar a política monetária. Todavia, a instituição segue afirmando que a política monetária está apertada, sendo improvável nova elevação da taxa básica.

Na zona do euro, a inflação de serviços mais resistente e a melhora da atividade também se destacam. Esta combinação acarretou na redução das expectativas do mercado em relação ao ciclo total de corte de juros por parte do Banco Central Europeu, apesar da instituição indicar um corte de juros em junho.

Assim, no mês de abril de 2024, os principais índices de ações globais encerraram o mês em território negativo, o MSCI ACWI e S&P 500, respectivamente, desvalorizaram -3,39% e -4,16%, todos em “moeda original”, ou seja, considerando apenas a performance dos índices estrangeiros. Observando no acumulado nos últimos 12 meses, esses índices apresentam retornos de +15,51% e +20,78%, respectivamente.

Considerando esses mesmos índices, mas, agora contando com variação cambial, o MSCI ACWI e o S&P 500, respectivamente, renderam cerca de +0,00% e -0,79%, devido à valorização do Dólar frente ao Real. Assim, acumulam retornos de +19,47% e +24,91% nos últimos 12 meses.

BRASIL

Localmente, as curvas de juros locais apresentaram alta e os ativos geral acompanharam o movimento dos mercados internacionais, devido expectativa de juros altos por mais tempo nos EUA, sendo também afetados pelas incertezas em relação à condução da política econômica local.

Na parte fiscal, o governo enviou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias com um resultado primário inferior ao sinalizado anteriormente. Ainda assim, a meta permanece desafiadora e demanda uma elevação significativa das receitas.

A economia local está mais forte que o previsto, o que dificulta a tarefa de desinflacionar a economia, podendo inclusive afetar desfavoravelmente a inflação projetada. Por outro lado, a inflação corrente ainda caminha numa direção de desaceleração, ainda que gradual e não homogênea.

Neste contexto, o presidente do Banco Central suspendeu a sinalização de um corte de 0,5% na próxima reunião do Copom, condicionando esse movimento a uma melhora do cenário e tornando mais provável uma desaceleração do ritmo de afrouxamento monetário. Dessa forma, as expectativas, presentes no mercado, de um corte de juros de 0,25% em maio ganhou força.

Aqui, somente a título de exemplo da “Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ” para o IPCA, estimada e divulgada pela ANBIMA para o fechamento de 07.05.2024, e apresentada no item 3 deste relatório como “Taxa de Juros Real”, a taxa de juros real com vencimento para 10 anos apresentava taxa de retorno estimada em 6,17% a.a., continuando acima da taxa máxima pré-fixada de 5,10% limitada pela SPREV para o ano de 2024.

O Ibovespa fechou o mês com performance negativa, seguindo na direção observada nos índices globais. Apresentando a performance de -1,70% no mês. Dessa forma, o Ibovespa possui um comportamento negativo de -6,16% no ano, enquanto, nos últimos 12 meses acumulou a performance positiva de +20,58%.

Mediante a todo esse cenário exposto acima e em linha com o último relatório disponibilizado, tentando elucidar muitos questionamentos recebidos acerca dos prêmios trazidos pelas NTN-Bs atualmente, a estratégia de compra direta de NTN-Bs, respaldada por um estudo de ALM, pode auxiliar na “ancoragem de rentabilidade” ainda acima da meta atuarial dos RPPS. Tal estratégia, em especial para carregamento até o vencimento, pode contribuir proporcionalmente para a redução da volatilidade global da carteira de investimentos do RPPS, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo.

2. EXPECTATIVAS DE MERCADO

2.1. BOLETIM FOCUS

Mediana - Agregado	2024							2025						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	3,76	3,73	3,72	▼ (1)	155	3,71	116	3,53	3,60	3,64	▲ (1)	152	3,65	113
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,90	2,02	2,05	▲ (1)	118	2,10	74	2,00	2,00	2,00	== (21)	111	2,00	69
Câmbio (R\$/US\$)	4,95	5,00	5,00	== (2)	125	5,01	83	5,00	5,05	5,05	== (2)	122	5,05	81
Selic (% a.a)	9,00	9,50	9,63	▲ (1)	148	9,75	100	8,50	9,00	9,00	== (2)	144	9,00	96
IGP-M (variação %)	2,00	2,00	2,32	▲ (1)	79	2,36	58	3,65	3,71	3,75	▲ (1)	70	3,80	51
IPCA Administrados (variação %)	4,13	4,02	4,00	▼ (5)	97	3,99	77	3,92	3,92	3,91	▼ (2)	84	3,92	68
Conta corrente (US\$ bilhões)	-32,00	-32,10	-32,15	▼ (1)	30	-32,00	17	-35,00	-40,00	-40,00	== (2)	28	-39,45	16
Balança comercial (US\$ bilhões)	80,50	80,00	79,75	▼ (1)	28	80,00	16	74,55	75,00	76,00	▲ (1)	23	75,00	12
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	65,00	67,00	68,75	▲ (1)	26	69,00	15	73,10	73,00	73,00	== (1)	25	73,00	14
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	63,85	63,85	63,85	== (2)	25	64,00	11	66,42	66,40	66,50	▲ (1)	25	66,50	11
Resultado primário (% do PIB)	-0,70	-0,70	-0,67	▲ (1)	46	-0,67	24	-0,60	-0,68	-0,68	== (1)	44	-0,60	22
Resultado nominal (% do PIB)	-6,90	-6,80	-6,80	== (3)	24	-6,80	11	-6,30	-6,26	-6,25	▲ (1)	23	-6,19	10

Relatório Focus de 03.05.2024. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

2.2. DINÂMICA DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

Como destaques para o final de 2024, o último Boletim Focus apresentou expectativas estáveis para o câmbio, reduzidas para a inflação e elevadas para o PIB e taxa Selic.

Inflação (IPCA): Para o final de 2024 a expectativa foi reduzida para 3,72%. Seguindo na mesma direção, para o final de 2025, a expectativa foi elevada para 3,64%.

SELIC: Para o final de 2024 as expectativas, em relação à taxa Selic, foram aumentada para 9,63%. Já para o final de 2025 houve a estabilidade das expectativas em 9,00%.

PIB: A expectativa para o final de 2024, em relação ao PIB, foi elevada para 2,05%. Já para o final de 2025 a expectativa foi mantida em 2,00%.

Câmbio (Dólar/ Real): Para o final de 2024 a expectativa foi mantida em R\$ 5,00. Já para o final de 2025, em relação ao último relatório, a expectativa manteve-se em R\$ 5,05.

3. CURVA DE JUROS E INFLAÇÃO

Taxa de Juros Real: A curva de juros real calculada pela ANBIMA, projetada em 07.05.2024, estima uma taxa real de juros de 6,17% a.a. para 10 anos.

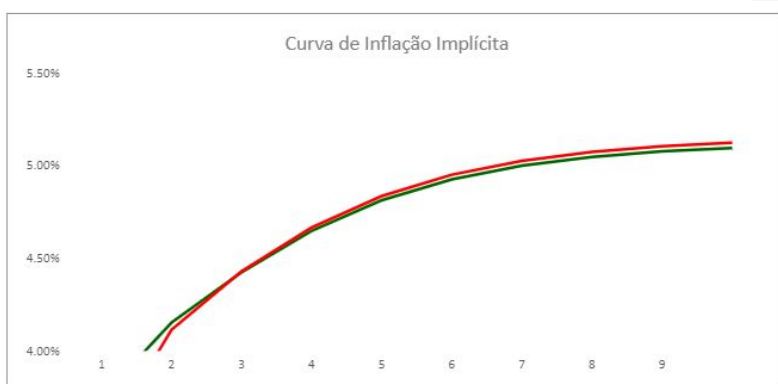
Curva de Juros Real		
Ano	Taxa*	
	Abr/24	Mai/24
1	6.09%	6.20%
2	5.65%	6.09%
3	5.67%	6.14%
4	5.72%	6.16%
5	5.76%	6.17%
6	5.81%	6.18%
7	5.81%	6.18%
8	5.83%	6.17%
9	5.84%	6.17%
10	5.85%	6.17%



* FONTE: ANBIMA; Referência abr/24 divulgada em 01.04.2024 e referência mai/24 divulgada em 07.05.2024.

Taxa de Inflação Implícita: A curva de inflação implícita calculada pela ANBIMA, projetada em 07.05.2024, estima uma taxa de inflação máxima de 5,09% a.a. para 10 anos.

Curva de Inflação Implícita		
Ano	Taxa*	
	Abr/24	Mai/24
1	3.49%	3.75%
2	4.12%	4.15%
3	4.43%	4.43%
4	4.67%	4.65%
5	4.84%	4.81%
6	4.95%	4.93%
7	5.03%	5.00%
8	5.07%	5.05%
9	5.10%	5.08%
10	5.12%	5.09%



* FONTE: ANBIMA; Referência abr/24 divulgada em 01.04.2024 e referência mai/24 divulgada em 07.05.2024.

Taxa de Juros Prefixados: A curva de juros prefixada calculada pela ANBIMA, projetada em 07.05.2024, estima uma taxa prefixada de juros de 11,58% a.a. para 10 anos.

Curva de Juros Pré		
Ano	Taxa*	
	Abr/24	Mai/24
1	9.79%	10.18%
2	10.00%	10.50%
3	10.35%	10.83%
4	10.65%	11.10%
5	10.87%	11.28%
6	11.02%	11.41%
7	11.13%	11.49%
8	11.20%	11.53%
9	11.24%	11.56%
10	11.28%	11.58%



* FONTE: ANBIMA; Referência abr/24 divulgada em 01.04.2024 e referência mai/24 divulgada em 07.05.2024.

4. INDICADORES

Indicadores	Índices Financeiros													No ano (2024)	Acumulado 12 meses
	2023								2024						
	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril			
Renda Fixa															
IRF-M 1+	2.85%	2.65%	0.82%	0.59%	-0.15%	0.12%	3.14%	1.73%	0.60%	0.34%	0.43%	-1.02%	0.33%	12.67%	
IMA-S	1.21%	1.14%	1.06%	1.18%	1.00%	0.96%	0.91%	0.92%	0.99%	0.82%	0.86%	0.90%	3.62%	12.63%	
CDI	1.12%	1.07%	1.07%	1.14%	0.97%	1.00%	0.92%	0.90%	0.97%	0.80%	0.83%	0.89%	3.54%	12.33%	
IRF-M	2.20%	2.12%	0.89%	0.76%	0.17%	0.37%	2.47%	1.48%	0.67%	0.46%	0.54%	-0.52%	1.14%	12.20%	
IRF-M 1	1.14%	1.19%	1.07%	1.15%	0.93%	0.96%	1.00%	0.91%	0.83%	0.76%	0.84%	0.58%	3.05%	11.97%	
IMA-GERAL	1.77%	1.74%	0.98%	0.63%	0.18%	0.30%	1.84%	1.63%	0.47%	0.64%	0.52%	-0.22%	1.41%	10.96%	
IMA-B5	0.57%	1.05%	0.97%	0.61%	0.13%	-0.31%	1.80%	1.46%	0.68%	0.59%	0.77%	-0.20%	1.85%	8.42%	
IDKa IPCA 2A	0.29%	0.97%	0.98%	0.77%	0.29%	-0.41%	1.83%	1.45%	0.81%	0.42%	0.99%	-0.29%	1.94%	8.39%	
IMA-B	2.53%	2.39%	0.81%	-0.38%	-0.95%	-0.66%	2.62%	2.75%	-0.45%	0.55%	0.08%	-1.61%	-1.44%	7.83%	
IDKa IPCA 20A	7.14%	5.91%	0.76%	-3.05%	-3.53%	-1.16%	4.68%	6.58%	-3.34%	0.22%	-1.51%	-4.90%	-9.27%	7.00%	
IMA-B5+	4.13%	3.37%	0.73%	-1.27%	-1.92%	-0.98%	3.39%	3.94%	-1.47%	0.51%	-0.55%	-2.91%	-4.38%	6.84%	
Renda Variável															
IBRX - 50	2.92%	8.77%	3.70%	-4.76%	1.21%	-2.99%	12.01%	5.31%	-4.15%	0.91%	-0.81%	-0.62%	-4.66%	22.10%	
IDIV	0.84%	8.78%	2.84%	-2.83%	1.32%	-3.15%	10.70%	6.90%	-3.51%	0.91%	-1.20%	-0.56%	-4.35%	21.76%	
IBrX - 100	3.59%	8.87%	3.32%	-5.01%	0.84%	-3.03%	12.38%	5.48%	-4.51%	0.96%	-0.73%	-1.34%	-5.57%	21.16%	
Ibovespa	3.74%	9.00%	3.27%	-5.09%	0.71%	-2.94%	12.54%	5.38%	-4.79%	0.99%	-0.71%	-1.70%	-6.16%	20.58%	
IFIX	5.43%	4.71%	1.33%	0.49%	0.20%	-1.97%	0.66%	4.25%	0.67%	0.79%	1.43%	-0.77%	2.12%	18.32%	
IVBX-2	7.52%	8.43%	3.03%	-6.92%	-0.83%	-5.46%	14.44%	5.31%	-4.91%	2.30%	1.50%	-5.81%	-7.01%	17.47%	
ISE	9.02%	9.00%	1.27%	-7.55%	-1.84%	-6.61%	15.06%	6.04%	-4.96%	1.99%	1.21%	-6.02%	-7.80%	14.74%	
SMLL	13.54%	8.17%	3.12%	-7.43%	-2.84%	-7.40%	12.46%	7.05%	-6.55%	0.47%	2.15%	-7.76%	-11.53%	12.36%	
Investimentos no Exterior															
Global BDRX	5.90%	0.48%	2.13%	3.26%	-3.46%	-1.57%	6.46%	2.84%	4.78%	6.30%	4.04%	0.57%	16.54%	36.08%	
S&P 500	2.16%	0.69%	1.45%	1.97%	-3.22%	-1.22%	6.29%	2.43%	3.94%	5.80%	3.37%	-0.79%	12.78%	24.91%	
S&P 500 (M. Orig.)	0.25%	6.47%	3.11%	-1.77%	-4.87%	-2.20%	8.92%	4.42%	1.59%	5.17%	3.10%	-4.16%	5.57%	20.78%	
MSCI ACWI	0.56%	-0.09%	1.88%	0.73%	-2.61%	-2.10%	6.44%	2.70%	2.86%	4.79%	3.14%	0.00%	11.18%	19.47%	
MSCI ACWI (M.Orig.)	-1.32%	5.64%	3.55%	-2.96%	-4.27%	-3.07%	9.07%	4.70%	0.53%	4.17%	2.88%	-3.39%	4.07%	15.51%	
Índices Econômicos															
SELIC	1.12%	1.07%	1.07%	1.14%	0.97%	1.00%	0.92%	0.90%	0.97%	0.80%	0.83%	0.89%	3.54%	12.33%	
IPCA	0.23%	-0.08%	0.12%	0.23%	0.26%	0.24%	0.28%	0.56%	0.42%	0.83%	0.16%	0.38%	1.80%	3.69%	
DÓLAR	1.90%	-5.43%	-1.61%	3.80%	1.74%	1.00%	-2.41%	-1.91%	2.32%	0.60%	0.26%	3.51%	6.83%	3.42%	
INPC	0.36%	-0.10%	-0.09%	0.20%	0.11%	0.12%	0.10%	0.55%	0.57%	0.81%	0.19%	0.37%	1.95%	3.23%	
IGP-M	-1.84%	-1.93%	-0.72%	-0.14%	0.37%	0.50%	0.59%	0.74%	0.07%	-0.52%	-0.47%	0.31%	-0.60%	-3.04%	
Meta Atuarial															
IPCA + 6% a.a.	0.74%	0.41%	0.61%	0.76%	0.72%	0.73%	0.74%	1.03%	0.93%	1.27%	0.62%	0.89%	3.77%	9.88%	
INPC + 6% a.a.	0.87%	0.39%	0.40%	0.73%	0.57%	0.61%	0.56%	1.02%	1.08%	1.25%	0.65%	0.88%	3.93%	9.40%	
IPCA + 5% a.a.	0.66%	0.33%	0.53%	0.68%	0.65%	0.65%	0.67%	0.95%	0.85%	1.20%	0.55%	0.81%	3.45%	8.85%	
INPC + 5% a.a.	0.79%	0.31%	0.32%	0.65%	0.50%	0.53%	0.49%	0.94%	1.00%	1.18%	0.58%	0.80%	3.60%	8.37%	
IPCA + 4% a.a.	0.57%	0.25%	0.45%	0.59%	0.57%	0.57%	0.59%	0.87%	0.76%	1.13%	0.47%	0.72%	3.12%	7.82%	
INPC + 4% a.a.	0.70%	0.23%	0.24%	0.56%	0.42%	0.45%	0.41%	0.86%	0.91%	1.11%	0.50%	0.71%	3.28%	7.35%	



262a

Ata da Reunião do
Comitê de Política Monetária — Copom

7 e 8 de maio de 2024

Data: 7 e 8 de maio de 2024

Local: Salas de reuniões do 8º andar (7/5 e 8/5 – manhã) e do 20º andar (8/5 – tarde) do Edifício-sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término:
7 de maio: 10h19 – 12h03; 14h08 – 17h49
8 de maio: 10h08 – 11h21; 14h34 – 18h30

Presentes:

Membros do Copom Roberto de Oliveira Campos Neto – *Presidente*
Ailton de Aquino Santos
Carolina de Assis Barros
Diogo Abry Guillen
Gabriel Muricca Galípolo
Otávio Ribeiro Damaso
Paulo Picchetti
Renato Dias de Brito Gomes
Rodrigo Alves Teixeira

Chefes de Departamento responsáveis por apresentações técnicas (presentes em 7/5 e na manhã de 8/5):
André Minella – *Departamento de Estudos e Pesquisas* (também presente na tarde de 8/5)
André de Oliveira Amante – *Departamento de Operações de Mercado Aberto*
Luís Guilherme Siciliano Pontes – *Departamento de Reservas Internacionais*
Marcelo Antonio Thomaz de Aragão – *Dep. de Assuntos Internacionais*
Ricardo Sabbadini – *Departamento Econômico*
Rogério Antônio Lucca – *Dep. de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*

Demais participantes (presentes em 7/5 e na manhã de 8/5):
André Maurício Trindade da Rocha – *Chefe do Dep. de Monitoramento do Sistema Financeiro*
Arnaldo José Giongo Galvão – *Assessor de Imprensa*
Arnildo da Silva Correa – *Chefe da Assessoria Econômica ao Presidente*
Daniela Torres de Mesquita de Souza Vale – *Chefe de Gabinete do Presidente*
Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gab. do Diretor de Fiscalização* (presente em 7/5)
Eduardo José Araújo Lima – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Econômica*
Euler Pereira Gonçalves de Mello – *Chefe Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*
Fernando Alberto G. Sampaio de Cavalcante Rocha – *Chefe do Departamento de Estatísticas* (presente em 7/5)
Gilneu Francisco Astolfi Vivan – *Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro*
Isabela Ribeiro Damaso Maia – *Chefe da Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio*
Julio Cesar Costa Pinto – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária*
Leonardo Martins Nogueira – *Secretário Executivo*
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo da Costa Martinelli – *Consultor do Departamento de Reservas Internacionais*
Simone Miranda Burello – *Assessora Sênior no Gabinete do Diretor de Política Monetária*
William Tales Leiria Campo – *Chefe Adjunto do Departamento Econômico*

Os membros do Copom analisaram a evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira e para a economia internacional, no contexto do regime de política monetária, cujo objetivo é atingir as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional para a inflação.

A) Atualização da conjuntura econômica e do cenário do Copom¹

1. O ambiente externo mostra-se mais adverso, em função da incerteza elevada e persistente referente ao início da flexibilização da política monetária nos Estados Unidos e à velocidade com que se observará a queda da inflação de forma sustentada em diversos países.

2. Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho. O Comitê avalia que o cenário segue exigindo cautela por parte de países emergentes.

3. Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho tem apresentado maior dinamismo do que o esperado.

4. A inflação cheia ao consumidor manteve trajetória de desinflação, enquanto medidas de inflação subjacente se situaram acima da meta para a inflação nas divulgações mais recentes. As expectativas de inflação para 2024 e 2025 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 3,7% e 3,6%, respectivamente.

B) Cenários e análise de riscos

5. No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de R\$5,15/US\$², evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária “verde” em dezembro de 2024 e de 2025. Nesse cenário, as projeções de inflação do Copom situam-se em 3,8% para 2024 e 3,3% para 2025. As projeções para a inflação de preços administrados são de 4,8% para 2024 e 4,0% para 2025.

6. O Comitê avalia que o cenário externo tem se mostrado mais adverso e que a incerteza com relação ao ciclo de queda de juros norte-americano e ao processo desinflacionário nas principais economias mostra-se persistente. Nesse cenário de incerteza prospectiva elevada, reforça-se a necessidade de maior cautela na condução da política monetária doméstica. No que se refere às fontes de desinflação, o Comitê se deteve, em maior grau, no papel da política monetária nos Estados Unidos. O Comitê lembrou que o estágio atual de desinflação é mais custoso e requer cautela na condução da política monetária. Notou-se que as expectativas do mercado relativas ao processo de distensão monetária têm apresentado grandes oscilações, sugerindo um cenário mais aberto sobre os próximos passos na condução da política monetária nos Estados Unidos. Para além do cenário mais aberto, também houve uma reprecificação do ciclo de cortes nos Estados Unidos, com redução de sua extensão e postergação de seu início. O Comitê reiterou que não há relação mecânica entre a condução da política monetária norte-americana e a determinação da taxa básica de juros doméstica e que, como usual, o Comitê focará nos mecanismos de transmissão da conjuntura externa sobre a dinâmica inflacionária interna. No que tange à velocidade de desinflação, debateram-se o papel da política fiscal norte-americana, que tende a reduzir o efeito do aperto monetário em curso, e o impacto nos preços finais das pressões salariais decorrentes do dinamismo atual no mercado de trabalho. Reforçou-se, ademais, que um cenário de maior incerteza global sugere maior cautela na condução da política monetária doméstica, devido à possível ocorrência de movimentos mais abruptos no cenário prospectivo.

¹ A menos de menção explícita em contrário, esta atualização leva em conta as mudanças ocorridas desde a reunião do Copom em março (261ª reunião).

² Valor foi obtido pelo procedimento, que passou a ser adotado na 258ª reunião, de arredondar a cotação média da taxa de câmbio observada nos dez dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.

7. Ao longo dos últimos trimestres, os dados de atividade econômica surpreenderam, com maior crescimento em diferentes componentes da demanda. Ressaltou-se a resiliência da atividade doméstica e a sustentação do consumo ao longo do tempo, em contraste com o cenário de desaceleração gradual originalmente antecipado pelo Comitê. Com relação aos dados na margem, debateu-se se as revisões altistas, em parte explicadas por questões metodológicas relacionadas a ajustes de sazonalidade, refletiam realmente uma atividade mais forte. Concluiu-se que, não obstante esses fatores atenuantes, a atividade revela-se de fato mais forte ao longo do ano.

8. O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade.

9. O Comitê acompanhou com atenção os desenvolvimentos recentes da política fiscal e seus impactos sobre a política monetária. O Comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, conseqüentemente impactando a política monetária. Ainda que as projeções de resultado primário e de trajetória da dívida não tenham se alterado significativamente, observou-se, no período, um aumento do prêmio de risco e uma percepção de piora da situação fiscal, de acordo com os agentes que respondem o Questionário Pré-Copom. O Comitê então debateu possíveis motivos da recente desancoragem das expectativas de inflação, tendo elencado como principais fatores: (i) a piora do cenário externo; (ii) os recentes anúncios de política fiscal; e (iii) percepção de agentes econômicos acerca do compromisso da autoridade monetária com o atingimento da meta ao longo dos anos. De forma mais relevante, o Comitê unanimemente avalia que se deve perseguir a reancoragem das expectativas de inflação independentemente de quais sejam as fontes por trás da desancoragem ora observada. A reancoragem das expectativas de inflação é vista como elemento essencial para assegurar a convergência da inflação para a meta. O Comitê avalia que a redução das expectativas requer uma atuação firme da autoridade monetária, bem como o contínuo fortalecimento da credibilidade e da reputação tanto das instituições como dos arcabouços fiscal e monetário que compõem a política econômica brasileira. O Comitê não se furtará de seu compromisso com o atingimento da meta de inflação e entende o papel fundamental das expectativas na dinâmica da inflação.

10. O Comitê reforça que há surpresas recorrentes apontando para elevado dinamismo do mercado de trabalho, o qual se manifesta em múltiplas dimensões. Primeiramente, as expectativas para a taxa de desemprego coletadas pela Pesquisa Focus, tanto de curto quanto de médio prazo, vêm se reduzindo ao longo dos últimos trimestres. Ademais, a geração de empregos formais se mantém em níveis fortes e permanece uma proporção alta de desligamentos voluntários. Além disso, a taxa de participação e outras medidas alternativas, com aberturas por setores, demografia ou regiões, corroboram um cenário de mercado de trabalho apertado. Desse modo, o debate se concentrou na possível transmissão para salários e preços do aperto verificado no mercado de trabalho. Salientou-se a dinâmica do emprego e salários, lembrando o papel fundamental do mercado de trabalho na determinação do hiato do produto e na trajetória prospectiva de inflação. Foi mencionada, como evidência preliminar, a inflação nos serviços intensivos em trabalho, que tem se mostrado persistentemente acima do nível compatível com o cumprimento da meta. Por outro lado, mencionou-se que ainda não há evidências conclusivas de impacto do mercado de trabalho sobre a inflação. Por fim, a combinação de atividade e mercado de trabalho mais fortes tem levado a reavaliações do nível do hiato do produto.

11. Em que pesem as condições monetárias restritivas, enfatizou-se que já se observa a transmissão do ciclo de afrouxamento monetário para o mercado de crédito, em linha

com o que era esperado. Alguns membros ressaltaram, no entanto, que a recente elevação nas taxas de maior prazo pode levar a um menor dinamismo no mercado de crédito. Tais membros enfatizaram a importância dos vértices mais longos na curva de juros na determinação da oferta e da demanda de crédito.

12. O Comitê avaliou que os dados referentes à inflação corrente se mostraram benignos, tanto na inflação cheia quanto nos núcleos de inflação. Após uma sequência de surpresas altistas, notou-se arrefecimento dos núcleos de inflação, embora em níveis acima da meta. Alguns membros mostraram maior preocupação com a inflação de alimentos no curto prazo, enquanto outros seguiram enfatizando o papel da inflação de serviços. A tragédia no Rio Grande do Sul, além dos seus impactos humanitários, também terá desdobramentos econômicos e o Comitê seguirá acompanhando.

13. Em sua conclusão, o Comitê avalia que o cenário prospectivo de inflação se tornou mais desafiador, com o aumento das projeções de inflação de médio prazo, mesmo condicionadas em uma taxa de juros mais elevada. Observou surpresas benignas no período recente, mas também elevação das projeções de prazos mais curtos, envolvendo preços livres e administrados. Ao fim, concluiu-se unanimemente pela necessidade de uma política monetária mais contracionista e mais cautelosa, de modo a reforçar a dinâmica desinflacionária.

14. O Comitê ressalta que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; e (ii) uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais apertado. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada; e (ii) os impactos do aperto monetário sincronizado sobre a desinflação global se mostrarem mais fortes do que o esperado. O Comitê avalia que as conjunturas doméstica e internacional devem se manter mais incertas, exigindo maior cautela na condução da política monetária. Alguns membros observaram mérito no debate de um balanço de riscos assimétrico para cima. Tais membros avaliam que, para além da incerteza persistente e elevada das conjunturas doméstica e internacional, os fatores altistas exibem, nesse momento, peso superior aos baixistas, julgando, portanto, que o balanço de riscos está assimétrico. Para tais membros, a resiliência da atividade e a pujança do mercado de trabalho sugerem uma menor elasticidade do hiato do produto à política monetária, o que poderia induzir um processo de desinflação ainda mais lento.

C) Discussão sobre a condução da política monetária

15. O Copom passou então à discussão da condução da política monetária, considerando o conjunto de projeções analisado, assim como o balanço de riscos para a inflação prospectiva.

16. O Comitê iniciou seu debate analisando as dimensões objetivas que norteiam as decisões no regime de metas para a inflação. Em primeiro lugar, apesar de uma elevação da trajetória de juros advinda da pesquisa Focus, utilizada no cenário de referência, observou-se elevação na projeção de inflação para o horizonte relevante de política monetária. De forma análoga, as expectativas de inflação para o mesmo horizonte, que se mostravam desancoradas em patamar estável nos últimos trimestres, se elevaram desde a reunião anterior. Além disso, o cenário de mercado de trabalho e de atividade tem apresentado maior dinamismo do que o esperado pelo Comitê. Por fim, julgou-se que o cenário externo está mais adverso e requerendo maior cautela na condução da política monetária.

17. Após a análise do cenário, a maioria do Comitê avaliou que era apropriado reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual. Consideraram, para tanto, que o cenário esperado não se confirmou em função da desancoragem adicional das expectativas, da elevação

das projeções de inflação, do cenário internacional mais adverso e da atividade econômica mais dinâmica do que esperado. Para tais membros, o *forward guidance* indicado na reunião anterior sempre foi condicional e houve alteração no cenário em relação ao que se esperava. Tais membros ressaltaram que muito mais importante do que o eventual custo reputacional de não seguir um *guidance*, mesmo que condicional, é o risco de perda de credibilidade sobre o compromisso com o combate à inflação e com a ancoragem das expectativas. À luz do que foi analisado, tais membros consideraram que uma redução de 0,25 ponto percentual era mais apropriada para o atingimento da inflação na meta no horizonte relevante.

18. Os membros do Comitê que votaram pela redução de 0,50 ponto percentual na taxa Selic também compartilharam da percepção de aumento das incertezas internas e externas entre as reuniões de março e maio, aqui já discutidas. Compartilham ainda do firme compromisso com o objetivo fundamental de atingimento da meta e de reancoragem das expectativas. O debate proposto por tais membros foi sobre o custo de oportunidade de não seguir o *guidance vis-à-vis* a mudança de cenário no período. Como em debates ocorridos em outras reuniões, tais membros discutiram se o cenário prospectivo divergiu significativamente do que era esperado a ponto de valer o custo reputacional de não seguir o *guidance*, o que poderia levar a uma redução do poder das comunicações formais do Comitê. Para tais membros, julgou-se apropriado, tal como em reuniões anteriores, seguir o *guidance*, mas reafirmando o firme compromisso com a meta e com a requerida taxa de juros terminal para que o objetivo precípua do Comitê de convergência da inflação para a meta seja alcançado. Ressaltaram que a extração da tendência subjacente da dinâmica inflacionária em um ambiente incerto é difícil, mas não deveria, de forma alguma, ser confundida com leniência com relação aos indicadores divulgados no período, em particular as expectativas de inflação. Robustecendo a análise, notaram que as projeções de inflação eram mais afetadas pela determinação da taxa de juros terminal e que a redução de 0,50 ponto percentual ainda manteria a política monetária suficientemente contracionista. Por fim, tal grupo enfatizou a necessidade de flexibilidade das decisões nas reuniões a partir de junho, o que permitiria, à luz de novo conjunto de informação, calibrar a trajetória do instrumento de política monetária da forma apropriada.

19. Todos os membros concordaram que a adoção de uma política monetária mais contracionista, mais cautelosa e sem indicações futuras sobre os próximos movimentos mostrava-se mais apropriada diante do cenário global incerto e do cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas. Ressaltaram, ademais, que a política monetária deve se manter contracionista e a taxa de juros terminal será aquela que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas de inflação em torno das metas. Por fim, todos corroboraram o entendimento de que a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta.

D) Decisão de política monetária

20. Considerando a evolução do processo de desinflação, os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu reduzir a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para 10,50% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2025. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

21. A conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento, expectativas de inflação desancoradas e um cenário global desafiador, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária.

22. O Comitê, **unanimemente, avalia que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas demandam maior cautela.** Ressalta, ademais, **que a política monetária deve se manter contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.** O Comitê também reforça, com especial ênfase, que a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta.

23. Votaram por uma redução de 0,25 ponto percentual os seguintes membros do Comitê: Roberto de Oliveira Campos Neto (presidente), Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Otávio Ribeiro Damaso e Renato Dias de Brito Gomes. Votaram por uma redução de 0,50 ponto percentual os seguintes membros: Ailton de Aquino Santos, Gabriel Muricca Galípolo, Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira.

Minutes of the Federal Open Market Committee April 30–May 1, 2024

A joint meeting of the Federal Open Market Committee and the Board of Governors of the Federal Reserve System was held in the offices of the Board of Governors on Tuesday, April 30, 2024, at 10:00 a.m. and continued on Wednesday, May 1, 2024, at 9:00 a.m.¹

Attendance

Jerome H. Powell, Chair
John C. Williams, Vice Chair
Thomas I. Barkin
Michael S. Barr
Raphael W. Bostic
Michelle W. Bowman
Lisa D. Cook
Mary C. Daly
Philip N. Jefferson
Adriana D. Kugler
Loretta J. Mester
Christopher J. Waller

Susan M. Collins, Austan D. Goolsbee, Alberto G. Musalem, Jeffrey R. Schmid, and Sushmita Shukla, Alternate Members of the Committee

Patrick Harker, Neel Kashkari, and Lorie K. Logan, Presidents of the Federal Reserve Banks of Philadelphia, Minneapolis, and Dallas, respectively

Joshua Gallin, Secretary
Matthew M. Luecke, Deputy Secretary
Brian J. Bonis, Assistant Secretary
Michelle A. Smith, Assistant Secretary
Mark E. Van Der Weide, General Counsel
Richard Ostrander, Deputy General Counsel
Trevor A. Reeve, Economist
Stacey Tevlin, Economist
Beth Anne Wilson, Economist

Shaghil Ahmed, James A. Clouse, Brian M. Doyle, William Wascher, and Alexander L. Wolman, Associate Economists

Roberto Perli, Manager, System Open Market Account

Julie Ann Remache, Deputy Manager, System Open Market Account

Jose Acosta, Senior System Administrator II, Division of Information Technology, Board

Alyssa Arute,² Manager, Division of Reserve Bank Operations and Payment Systems, Board

Ayelen Banegas, Principal Economist, Division of Monetary Affairs, Board

Becky C. Bareford, First Vice President, Federal Reserve Bank of Richmond

Penelope A. Beattie,³ Section Chief, Office of the Secretary, Board

Carol C. Bertaut, Senior Adviser, Division of International Finance, Board

David Bowman, Senior Associate Director, Division of Monetary Affairs, Board

Marco Cipriani, Research Department Head, Federal Reserve Bank of New York

Todd E. Clark, Senior Vice President, Federal Reserve Bank of Cleveland

Juan C. Climent, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board

Daniel M. Covitz, Deputy Director, Division of Research and Statistics, Board

Stephanie E. Curcuru, Deputy Director, Division of International Finance, Board

Ryan Decker, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board

Wendy E. Dunn, Adviser, Division of Research and Statistics, Board

Rochelle M. Edge, Deputy Director, Division of Monetary Affairs, Board

Eric C. Engstrom, Associate Director, Division of Monetary Affairs, Board

Charles A. Fleischman, Senior Adviser, Division of Research and Statistics, Board

¹ The Federal Open Market Committee is referenced as the “FOMC” and the “Committee” in these minutes; the Board of Governors of the Federal Reserve System is referenced as the “Board” in these minutes.

² Attended through the discussion of developments in financial markets and open market operations.

³ Attended through the discussion of the economic and financial situation.

Jenn Gallagher, Assistant to the Board, Division of Board Members, Board

Peter M. Garavuso, Lead Information Manager, Division of Monetary Affairs, Board

Carlos Garriga, Senior Vice President, Federal Reserve Bank of St. Louis

Michael S. Gibson, Director, Division of Supervision and Regulation, Board

Joseph W. Gruber, Executive Vice President, Federal Reserve Bank of Kansas City

Valerie S. Hinojosa, Section Chief, Division of Monetary Affairs, Board

Jane E. Ihrig, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board

Benjamin K. Johannsen, Assistant Director, Division of Monetary Affairs, Board

Michael T. Kiley, Deputy Director, Division of Financial Stability, Board

Don H. Kim,² Senior Adviser, Division of Monetary Affairs, Board

Andreas Lehnert, Director, Division of Financial Stability, Board

Kurt F. Lewis, Special Adviser to the Chair, Division of Board Members, Board

Dan Li, Assistant Director, Division of Monetary Affairs, Board

Laura Lipscomb, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board

David López-Salido, Senior Associate Director, Division of Monetary Affairs, Board

Joshua S. Loria, Group Manager, Division of Monetary Affairs, Board

Benjamin W. McDonough, Deputy Secretary and Ombudsman, Office of the Secretary, Board

Ann E. Misback, Secretary, Office of the Secretary, Board

Raven Molloy, Deputy Associate Director, Division of Research and Statistics, Board

Norman J. Morin, Associate Director, Division of Research and Statistics, Board

Makoto Nakajima, Vice President, Federal Reserve Bank of Philadelphia

Michelle M. Neal, Head of Markets, Federal Reserve Bank of New York

Anna Paulson, Executive Vice President, Federal Reserve Bank of Chicago

Eugenio P. Pinto, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board

Odelle Quisumbing,³ Assistant to the Secretary, Office of the Secretary, Board

Andrea Raffo, Senior Vice President, Federal Reserve Bank of Minneapolis

Samuel Schulhofer-Wohl, Senior Vice President, Federal Reserve Bank of Dallas

Zeynep Senyuz, Deputy Associate Director, Division of Monetary Affairs, Board

Mark Spiegel, Senior Policy Advisor, Federal Reserve Bank of San Francisco

John J. Stevens, Senior Associate Director, Division of Research and Statistics, Board

Balint Szoke,⁴ Senior Economist, Division of Monetary Affairs, Board

Yannick Timmer, Senior Economist, Division of Monetary Affairs, Board

Clara Vega, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board

Annette Vissing-Jørgensen, Senior Adviser, Division of Monetary Affairs, Board

Jeffrey D. Walker,² Associate Director, Division of Reserve Bank Operations and Payment Systems, Board

Jonathan Willis, Vice President, Federal Reserve Bank of Atlanta

Paul R. Wood, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board

Egon Zakrajsek, Executive Vice President, Federal Reserve Bank of Boston

Rebecca Zarutskie, Special Adviser to the Board, Division of Board Members, Board

⁴ Attended Tuesday's session only.

Developments in Financial Markets and Open Market Operations

The manager turned first to a review of developments in financial markets. Domestic data releases over the intermeeting period pointed to inflation being more persistent than previously expected and to a generally resilient economy. Policy expectations shifted materially in response. The policy rate path derived from futures prices implied fewer than two 25 basis point rate cuts by year-end. The modal path based on options prices was quite flat, suggesting at most one such rate cut in 2024. The median of the modal paths of the federal funds rate obtained from the Open Market Desk's Survey of Primary Dealers and Survey of Market Participants also indicated fewer cuts this year than previously thought. Respondents' baseline expectations for the timing of the first rate cut—which had been concentrated around June in the March surveys—shifted out significantly and became more diffuse.

Treasury yields rose materially over the intermeeting period. At shorter maturities, the increase appeared to largely reflect higher inflation compensation, while at longer maturities, it was attributable mostly to a higher expected path for the real policy rate and higher real risk premiums. Model estimates suggested that inflation expectations rose some, but mostly at shorter horizons. Longer-term inflation expectations appeared to remain well anchored. Broad equity prices fell over the period, as higher interest rates weighed on valuations, while recent earnings reports, which were generally solid, provided some support. The dollar strengthened as several foreign central banks were expected to start easing policy before the Federal Reserve. Overall, higher yields and lower equity prices, together with the stronger dollar, resulted in a tightening of financial conditions over the period.

The manager then discussed expectations regarding balance sheet policy. Respondents to the Desk surveys expected a slowing in the pace of balance sheet reduction to begin soon; the median respondent projected that the slowdown would start in June, one month earlier than in the March surveys. The average probability distribution of the size of the System Open Market Account (SOMA) portfolio at the end of runoff had become a bit more concentrated, and its probability-weighted mean was slightly lower than in the March surveys. Overall, the survey results suggested that respondents' expectations for a slowdown of balance sheet runoff had been decoupled from expectations about the timing and extent of rate cuts, and that respondents understood that a

slowdown in the pace of runoff was not likely to translate to a higher terminal size of the portfolio.

The manager then turned to money markets and Desk operations. Unsecured overnight rates were stable over the intermeeting period. In secured funding markets, rates on overnight repurchase agreements firmed somewhat over the March quarter-end reporting date, in line with recent history. Market participants generally reported that the return of somewhat higher rates around reporting dates had not been associated with any issues in market functioning. Despite the ongoing balance sheet runoff, take-up at the overnight reverse repurchase agreement (ON RRP) facility was largely steady over the period, likely reflecting fewer attractive private-market alternatives for money market funds (MMFs) amid a recent reduction in Treasury bills outstanding as well as a decrease in MMFs' weighted average maturities. ON RRP usage was also likely supported by typical month-end dynamics. The staff and respondents to the Desk's Survey of Primary Dealers expected ON RRP take-up to decline in coming months.

The manager provided an update on reserve conditions. Over the intermeeting period, the federal funds market continued to be insensitive to day-to-day changes in the supply of reserves and suggested that reserves remained abundant. The manager discussed various other indicators that supported the same conclusion.

The Committee voted unanimously to renew the reciprocal currency arrangements with the Bank of Canada and the Bank of Mexico; these arrangements are associated with the Federal Reserve's participation in the North American Framework Agreement of 1994. In addition, the Committee voted unanimously to renew the dollar and foreign currency liquidity swap arrangements with the Bank of Canada, the Bank of England, the Bank of Japan, the European Central Bank, and the Swiss National Bank. The votes to renew the Federal Reserve's participation in these standing arrangements occur annually at the April or May FOMC meeting.

By unanimous vote, the Committee ratified the Desk's domestic transactions over the intermeeting period. There were no intervention operations in foreign currencies for the System's account during the intermeeting period.

Staff Review of the Economic Situation

The information available at the time of the April 30–May 1 meeting indicated that growth in U.S. real gross domestic product (GDP) stepped down in the first quarter of 2024 from the robust pace seen over the second

half of 2023. Labor market conditions remained strong. Consumer price inflation—as measured by the 12-month change in the price index for personal consumption expenditures (PCE)—slowed significantly over the past year but had moved up slightly in recent months and remained above 2 percent.

Labor demand and supply continued to move into better balance, though the speed of this realignment appeared to have slowed in recent months. Total nonfarm payroll employment increased at a faster average monthly pace in the first quarter of 2024 than in the fourth quarter of 2023. The unemployment rate ticked down to 3.8 percent in March, while the labor force participation rate and the employment-to-population ratio both moved up 0.2 percentage point. The unemployment rate for African Americans increased, and the rate for Hispanics moved down; both rates were higher than those for Asians and for Whites. The 12-month changes in the employment cost index (ECI) and average hourly earnings for all employees both declined in March relative to a year earlier, but the 3-month change in the ECI stepped up noticeably from the average pace that prevailed over the second half of 2023.

Regarding consumer price inflation, total PCE prices increased 2.7 percent over the 12 months ending in March, while core PCE price inflation—which excludes changes in energy prices and many consumer food prices—was 2.8 percent over the same period. Both inflation measures were considerably lower than their year-earlier levels but had surprised to the upside. Although some measures of short-term inflation expectations had moved up, longer-term expectations were little changed and stood at levels consistent with those that prevailed before the pandemic.

According to the advance estimate, real GDP rose modestly in the first quarter. However, private domestic final purchases (PDFP)—which comprises PCE and private fixed investment and which often provides a better signal than GDP of underlying economic momentum—posted an increase that was similar to the solid gains seen over the second half of 2023.

Real exports of goods and services grew at a tepid pace overall in the first quarter, with gains in exports of foods, consumer goods, and capital goods being mostly offset by declines in exports of industrial supplies. By contrast, real imports rose at a brisk pace, boosted in part by a large increase in imports of capital goods. All told, net exports made a significant negative contribution to U.S. GDP growth in the first quarter.

Foreign GDP growth is estimated to have picked up in the first quarter from its subdued pace in the previous quarter. In Europe, economic activity resumed expanding following modest contractions in several economies amid monetary policy restraint and the repercussions of the 2022 energy shock. Growth stepped up in China, led by strong exports, but property-sector indicators remained weak. Elsewhere in emerging Asia, exports rebounded further from last year's lows, lifted by robust global demand for high-tech goods.

Headline inflation eased modestly further in the advanced foreign economies (AFE) in the first quarter, but inched up in the emerging market economies in part because of food price pressure caused by adverse weather in some countries. Most major AFE central banks kept their policy rates unchanged over the intermeeting period, and some reiterated that policy rate cuts could be appropriate at coming meetings.

Staff Review of the Financial Situation

Over the intermeeting period, the market-implied path for the federal funds rate through 2024 increased markedly, and federal funds futures rates suggested that market participants were placing lower odds on significant policy easing in 2024 than they did just before the March FOMC meeting. Consistent with the rise in the implied policy path, nominal Treasury yields at all maturities also rose substantially as investors appeared to reassess the persistence of inflation and the implications for monetary policy. Market-based measures of interest rate uncertainty remained elevated by historical standards.

Broad stock price indexes declined moderately, on net, over the intermeeting period. Yield spreads on investment-grade corporate bonds were about unchanged, and those on speculative-grade corporate bonds increased moderately. The one-month option-implied volatility on the S&P 500 increased significantly over the period, apparently reflecting rising geopolitical tensions, but remained at moderate levels by historical standards.

Over the intermeeting period, incoming foreign economic data and central bank communications were largely consistent with market participants' expectations that most AFE central banks will lower policy rates at coming meetings. Nonetheless, AFE sovereign bond yields rose, primarily reflecting spillovers from higher U.S. yields. Wider U.S.–AFE yield differentials and, to a lesser extent, heightened geopolitical tensions in the Middle East contributed to a moderate increase in the broad dollar index. Though geopolitical tensions weighed on risk sentiment at times, prices of foreign risky assets were little changed on balance.

Conditions in U.S. short-term funding markets remained stable over the intermeeting period, with typical dynamics observed surrounding quarter-end. Usage of the ON RRP facility leveled off during the first few weeks of the period, primarily reflecting MMFs slowing their re-allocation into Treasury bills.

In domestic credit markets, borrowing costs generally rose somewhat over the intermeeting period from already elevated levels. Rates on 30-year conforming residential mortgages increased and remained near recent high levels. In contrast, interest rates on new credit card offers edged down in February. Interest rates on small business loans increased in March and remained at elevated levels. Meanwhile, price terms for commercial and industrial (C&I) loans were little changed, on net, in the first quarter of 2024 after several quarters of tightening. Yields rose on a broad array of fixed-income securities, including commercial mortgage-backed securities (CMBS), investment- and speculative-grade corporate bonds, and residential mortgage-backed securities.

Financing through capital markets and nonbank lenders was readily accessible for public corporations and large and middle-market private corporations, and credit availability for leveraged loan borrowers appeared to improve further over the intermeeting period. For small firms, the volume of loan originations ticked up in February despite the tightening of credit standards. Meanwhile, C&I loan balances declined in the first quarter, in line with the cumulative tightening in standards over the past two years. In the April Senior Loan Officer Opinion Survey on Bank Lending Practices (SLOOS), large banks kept standards and most lending terms for C&I loans unchanged, on net, while smaller banks continued to tighten standards and terms on net.

Banks reported tightening standards further in the April SLOOS for all loan categories of commercial real estate (CRE) loans. The growth of bank CRE loan balances slowed notably over the past year, reflecting the tightening of credit standards over this period, though growth of CRE loan balances picked up modestly in the first quarter.

Credit remained available for most consumers, despite some signs of recent tightening. For residential real estate borrowers, conforming and government-backed loans remained generally available. Credit card balances continued to grow at a robust pace, though a significant net share of SLOOS respondents indicated that lending standards for credit cards tightened further in the first quarter. Growth in auto lending moderated in January and February, and a modest net share of banks reported

in the SLOOS that they tightened lending standards on auto loans in the first quarter.

Although credit quality for household loans remained solid, on balance, delinquency rates for credit cards and auto loans in the fourth quarter remained notably above their levels just before the pandemic. For residential mortgages, delinquency rates across loan types were largely unchanged in February. The credit quality of nonfinancial firms borrowing in the corporate bond and leveraged loan markets remained stable overall. The average delinquency rate for loans in CMBS pools ticked down in March but remained at elevated levels. Meanwhile, the share of nonperforming CRE loans at banks—defined as loans past due 90 days or in nonaccrual status—rose further through March, especially for loans secured by office buildings.

The staff provided an update on its assessment of the stability of the U.S. financial system. On balance, the staff continued to characterize the system's financial vulnerabilities as notable but raised the assessment of vulnerabilities in asset valuations to elevated, as valuations across a range of markets appeared high relative to risk-adjusted cash flows. House prices remained elevated relative to fundamentals such as rents and Treasury yields, though the fraction of mortgage borrowers with small equity positions remained low. CRE prices continued to decline, especially in the multifamily and office sectors, and vacancy rates in these sectors remained elevated. Vulnerabilities associated with business and household debt were characterized as moderate. Nonfinancial business leverage was high, but the ability of firms to service their debt remained solid, partly due to robust earnings.

Leverage in the financial sector was characterized as notable. Regulatory capital ratios in the banking sector remained high. However, the fair value of bank assets was estimated to have fallen further in the first quarter, reflecting the substantial duration risk on bank balance sheets. For the nonbank sector, the prevalence of the basis trade by hedge funds appeared to have declined from its peak but remained elevated by historical standards.

Funding risks were also characterized as notable. Assets in prime MMFs and other cash management vehicles continued to grow steadily. The staff assessed that the financial stability risks associated with the fast-growing private credit sector were limited so far because of the modest leverage used by private debt funds and business development companies and the limited maturity mismatch present in their funding vehicles. However, the staff also noted the growing connections between

private credit and the banking sector, the growth of some forms of private credit, and the fact that the private credit market has yet to experience a severe credit downturn.

Staff Economic Outlook

The economic forecast prepared by the staff for the April–May meeting was similar to the March projection. The economy was expected to maintain its high rate of resource utilization over the next few years, with projected output growth roughly similar to the staff’s estimate of potential growth. The unemployment rate was expected to edge down slightly over 2024 as labor market functioning improved further, and to remain roughly steady thereafter.

Total and core PCE price inflation were both projected to move lower this year relative to last year, though the expected pace of disinflation was slower than in the March projection, as incoming data pointed to more persistence in inflation in coming months. Inflation was expected to decline further beyond this year as demand and supply in product and labor markets continued to move into better balance; by 2026, total and core PCE price inflation were expected to be close to 2 percent.

The staff continued to view the uncertainty around the baseline projection as close to the average over the past 20 years. Risks to the inflation forecast were seen as tilted to the upside, reflecting the possibility that supply-side disruptions or unexpectedly persistent inflation dynamics could materialize. The risks around the forecast for economic activity were seen as skewed to the downside on the grounds that more-persistent inflation could result in tighter financial conditions than in the staff’s baseline projection; in addition, deteriorating household financial positions, especially for lower-income households, might prove to be a larger drag on activity than the staff anticipated.

Participants’ Views on Current Conditions and the Economic Outlook

Participants observed that while inflation had eased over the past year, in recent months there had been a lack of further progress toward the Committee’s 2 percent objective. The recent monthly data had showed significant increases in components of both goods and services price inflation. In particular, inflation for core services excluding housing had moved up in the first quarter compared with the fourth quarter of last year, and prices of core goods posted their first three-month increase in several months. In addition, housing services inflation had slowed less than had been anticipated based on the smaller increases in measures of market rents over the

past year. A few participants remarked that unusually large seasonal patterns could have contributed to January’s large increase in PCE inflation, and several participants noted that some components that typically display volatile price changes had boosted recent readings. However, some participants emphasized that the recent increases in inflation had been relatively broad based and therefore should not be overly discounted.

Participants generally commented that they remained highly attentive to inflation risks. They also remained concerned that elevated inflation continued to harm the purchasing power of households, especially those least able to meet the higher costs of essentials like food, housing, and transportation.

Participants noted that they continued to expect that inflation would return to 2 percent over the medium term. However, recent data had not increased their confidence in progress toward 2 percent and, accordingly, had suggested that the disinflation process would likely take longer than previously thought. Participants discussed several factors that, in conjunction with appropriately restrictive monetary policy, could support the return of inflation to the Committee’s goal over time. One was a further reduction in housing services price inflation as lower readings for rent growth on new leases continued to pass through to this category of inflation. However, many participants commented that the pass-through would likely take place only gradually or noted that a re-acceleration of market rents could reduce the effect. Several participants stated that core nonhousing services price inflation could resume its decline as wage growth slows further with labor demand and supply moving into better balance, aided by higher labor force participation and strong immigration flows. In addition, many participants commented that ongoing increases in productivity growth would support disinflation if sustained, though the outlook for productivity growth was regarded as uncertain. Several participants said that business contacts in their Districts reported increased difficulty in raising their output prices, while a few participants reported a continued ability of firms in their Districts to pass on higher costs to consumers. Although some measures of short-term inflation expectations from surveys of consumers had increased in recent months, medium- and longer-term measures of expected inflation had remained well anchored, which was seen as crucial for meeting the Committee’s inflation goal on a sustained basis. While supply chain improvements had supported disinflation for goods prices over the previous year, participants commented that an expected more gradual pace of such improvements could slow progress on

inflation. Several participants commented that growth of aggregate demand would likely have to slow from its strong pace in recent quarters for inflation to move sustainably toward the Committee’s goal.

Participants assessed that demand and supply in the labor market, on net, were continuing to come into better balance, though at a slower rate. Nevertheless, they saw conditions as having generally remained tight amid recent strong payroll growth and a still-low unemployment rate. Participants cited a variety of indicators that suggested some easing in labor market tightness, including declining job vacancies, a lower quits rate, and a reduced ratio of job openings to unemployed workers. Some participants indicated that business contacts had reported less difficulty in hiring or retaining workers, although contacts in several Districts continued to report tight labor conditions, especially in the health care and construction sectors. Many participants commented that the better balance between labor demand and supply had contributed to an easing of nominal wage pressures. Even so, a number of participants noted that some measures of labor cost growth, including the ECI, had not eased in recent months, and a couple of participants remarked that negotiated compensation agreements had added to wage pressures in their Districts. Many participants noted that, during the past year, labor supply had been boosted by increased labor force participation rates as well as by immigration. Participants further commented that recent estimates of greater immigration in the past few years and an overall increase in labor supply could help explain the strength in employment gains even as the unemployment rate had remained roughly flat and wage pressures had eased.

Participants noted that recent indicators suggested that economic activity had continued to expand at a solid pace. Real GDP growth in the first quarter had moderated relative to the second half of last year, but PDPF growth maintained a strong pace. High interest rates appeared to weigh on consumer durables purchases in the first quarter, and growth of business fixed investment remained modest. Despite the high interest rates, residential investment grew more strongly in the first quarter than its modest pace in the second half of last year.

Although recent PDPF data suggested continued strong economic momentum, participants generally did not interpret the data as indicating a further acceleration of activity and expected that GDP growth would slow from last year’s strong pace. A number of participants commented that high rates of immigration could support

economic activity by boosting labor supply and contributing to aggregate demand. Participants noted the important influence of productivity growth for the economic outlook. Some participants suggested that the recent increase in productivity growth might not persist because it reflected one-time adjustments to the level of productivity or reflected continued elevated volatility in the data over the past several years. A few participants commented that higher productivity growth might be sustained by the incorporation of technologies such as artificial intelligence into existing business operations or by high rates of new business formation in the technology sector.

In their discussion of the outlook for the household sector, participants observed that consumer spending remained firm in the first quarter, supported by low unemployment and solid income growth. A number of participants judged that consumption growth was likely to moderate this year, as growth in labor income was expected to slow and the financial positions of many households were expected to weaken. Many participants noted signs that the finances of low- and moderate-income households were increasingly coming under pressure, which these participants saw as a downside risk to the outlook for consumption. They pointed to increased usage of credit cards and buy-now-pay-later services, as well as increased delinquency rates for some types of consumer loans. In addition, elevated housing costs were adding to financial strains for lower-income households. A couple of participants noted that financial conditions appeared favorable for wealthier households, which account for a large portion of aggregate consumption, with hefty wealth gains resulting from recent equity and house price increases.

Business contacts in many Districts reported a steady or stable pace of economic activity, while contacts in a couple of Districts conveyed increased optimism about the outlook. A few participants noted that government spending was supporting business expansion in their Districts. Consistent with a solid outlook for businesses, a couple of participants noted that their contacts had reported increased investment in technology or in business process improvements that were enhancing productive capacity. Regarding the agricultural sector, a couple of participants noted that lower commodity prices were weighing on farm incomes.

Participants discussed the risks and uncertainties around the economic outlook. They generally noted their uncertainty about the persistence of inflation and agreed that recent data had not increased their confidence that

inflation was moving sustainably toward 2 percent. Some participants pointed to geopolitical events or other factors resulting in more severe supply bottlenecks or higher shipping costs, which could put upward pressure on prices and weigh on economic growth. The possibility that geopolitical events could generate commodity price increases was also seen as an upside risk to inflation. A number of participants noted uncertainty regarding the degree of restrictiveness of current financial conditions and the associated risk that such conditions were insufficiently restrictive on aggregate demand and inflation. Several participants commented that increased efficiencies and technological innovations could raise productivity growth on a sustained basis, which might allow the economy to grow faster without raising inflation. Participants also noted downside risks to economic activity, including slowing economic growth in China, a deterioration in conditions in domestic CRE markets, or a sharp tightening in financial conditions.

In their discussion of financial stability, participants who commented noted vulnerabilities to the financial system that they assessed warranted monitoring. Participants discussed a range of risks emanating from the banking sector, including unrealized losses on assets resulting from the rise in longer-term yields, high CRE exposure, significant reliance by some banks on uninsured deposits, cyber threats, or increased financial interconnections among banks. Several participants commented on the rapid growth of private credit markets, noting that such developments should be monitored because the sector was becoming more interconnected with other parts of the financial system and that some associated risks may not yet be apparent. A few participants also commented on the importance of measures aimed at increasing resilience in the Treasury market, such as central clearing, or on potential vulnerabilities posed by leveraged investors in the Treasury market. A couple of participants commented that the Federal Reserve should continue to improve the operational efficiency of the discount window. Participants generally noted that high interest rates could contribute to vulnerabilities in the financial system. In that context, a number of participants emphasized that monetary policy should be guided by the outlook for employment and inflation and that other tools should be the primary means to address financial stability risks.

In their consideration of monetary policy at this meeting, all participants judged that, in light of current economic conditions and their implications for the outlook for employment and inflation, as well as the balance of risks, it was appropriate to maintain the target range for the federal funds rate at 5¼ to 5½ percent. Participants

assessed that maintaining the current target range for the federal funds rate at this meeting was supported by intermeeting data indicating continued solid economic growth and a lack of further progress toward the Committee's 2 percent inflation objective in recent months.

Participants also discussed the process of reducing the Federal Reserve's securities holdings. Participants judged that balance sheet reduction had proceeded smoothly. Almost all participants expressed support for the decision to begin to slow the pace of decline of the Federal Reserve's securities holdings in June by reducing the monthly redemption cap on Treasury securities from \$60 billion to \$25 billion, maintaining the monthly redemption cap on agency debt and agency mortgage-backed securities (MBS) at \$35 billion, and reinvesting any principal payments in excess of the \$35 billion cap into Treasury securities. A few participants indicated that they could have supported a continuation of the current pace of balance sheet runoff at this time or a slightly higher redemption cap on Treasury securities than was decided upon. Various participants emphasized that the decision to slow the pace of runoff does not have implications for the stance of monetary policy. Several participants also emphasized that slowing the pace of balance sheet runoff did not mean that the balance sheet would ultimately shrink by less than it would otherwise. Some participants commented that slowing the pace of balance sheet runoff would help facilitate a smooth transition from abundant to ample reserve balances by reducing the likelihood that money markets experience undue stress that could require an early end to runoff. Participants generally assessed that it would be important to continue to monitor indicators of reserve conditions as balance sheet runoff continued. In addition, a few participants commented that the existing redemption cap on agency debt and agency MBS was unlikely to bind at any point over the coming years, but the decision to reinvest any principal payments above that cap into Treasury securities was consistent with the Committee's longer-run intention to hold a portfolio that consists primarily of Treasury securities. A couple of participants commented that it would be useful to begin discussions regarding the appropriate longer-run maturity composition of the SOMA portfolio.

In discussing the policy outlook, participants remarked that the future path of the policy rate would depend on incoming data, the evolving outlook, and the balance of risks. Many participants commented that the public appeared to have a good understanding of the Committee's data-dependent approach in formulating monetary policy and its commitment to achieving its dual-mandate

goals of maximum employment and price stability. Various participants also emphasized the importance of continuing to communicate this message. Participants noted disappointing readings on inflation over the first quarter and indicators pointing to strong economic momentum, and assessed that it would take longer than previously anticipated for them to gain greater confidence that inflation was moving sustainably toward 2 percent.

In discussing risk-management considerations that could bear on the policy outlook, participants generally assessed that risks to the achievement of the Committee's employment and inflation goals had moved toward better balance over the past year. Participants remained highly attentive to inflation risks and noted the uncertainty associated with the economic outlook. **Although monetary policy was seen as restrictive, many participants commented on their uncertainty about the degree of restrictiveness. These participants saw this uncertainty as coming from the possibility that high interest rates may be having smaller effects than in the past, that longer-run equilibrium interest rates may be higher than previously thought, or that the level of potential output may be lower than estimated.** Participants assessed, however, that monetary policy remained well positioned to respond to evolving economic conditions and risks to the outlook. **Participants discussed maintaining the current restrictive policy stance for longer should inflation not show signs of moving sustainably toward 2 percent or reducing policy restraint in the event of an unexpected weakening in labor market conditions. Various participants mentioned a willingness to tighten policy further should risks to inflation materialize in a way that such an action became appropriate.**

Committee Policy Actions

In their discussions of monetary policy for this meeting, members agreed that economic activity continued to expand at a solid pace. Job gains remained strong, and the unemployment rate remained low. Inflation eased over the past year but remained elevated. Members also concurred that, in recent months, there was a lack of further progress toward the Committee's 2 percent inflation objective and agreed to acknowledge this development in the postmeeting statement. Members judged that the risks to achieving the Committee's employment and inflation goals had moved toward better balance over the past year. **Members viewed the economic outlook as uncertain and agreed that they remained highly attentive to inflation risks.**

In support of the Committee's goals to achieve maximum employment and inflation at the rate of 2 percent

over the longer run, members agreed to maintain the target range for the federal funds rate at 5¼ to 5½ percent. Members concurred that, in considering any adjustments to the target range for the federal funds rate, they would carefully assess incoming data, the evolving outlook, and the balance of risks. **Members agreed that they did not expect that it would be appropriate to reduce the target range until they have gained greater confidence that inflation is moving sustainably toward 2 percent.** In addition, members agreed to continue to reduce the Federal Reserve's holdings of Treasury securities and agency debt and agency MBS. Members decided that, beginning in June, the Committee would slow the pace of decline of its securities holdings by reducing the monthly redemption cap on Treasury securities from \$60 billion to \$25 billion. In addition, members decided that the Committee would maintain the monthly redemption cap on agency debt and agency MBS at \$35 billion and, beginning in June, would reinvest any principal payments in excess of this cap into Treasury securities. All members affirmed their strong commitment to returning inflation to the Committee's 2 percent objective.

Members agreed that, in assessing the appropriate stance of monetary policy, they would continue to monitor the implications of incoming information for the economic outlook. They would be prepared to adjust the stance of monetary policy as appropriate if risks emerged that could impede the attainment of the Committee's goals. Members also agreed that their assessments would take into account a wide range of information, including readings on labor market conditions, inflation pressures and inflation expectations, and financial and international developments.

At the conclusion of the discussion, the Committee voted to direct the Federal Reserve Bank of New York, until instructed otherwise, to execute transactions in the SOMA in accordance with the following domestic policy directive, for release at 2:00 p.m.:

“Effective May 2, 2024, the Federal Open Market Committee directs the Desk to:

- **Undertake open market operations as necessary to maintain the federal funds rate in a target range of 5¼ to 5½ percent.**
- Conduct standing overnight repurchase agreement operations with a minimum bid rate of 5.5 percent and with an aggregate operation limit of \$500 billion.
- Conduct standing overnight reverse repurchase agreement operations at an offering

rate of 5.3 percent and with a per-counterparty limit of \$160 billion per day.

- Roll over at auction the amount of principal payments from the Federal Reserve's holdings of Treasury securities maturing in May that exceeds a cap of \$60 billion per month. Beginning on June 1, roll over at auction the amount of principal payments from the Federal Reserve's holdings of Treasury securities maturing in each calendar month that exceeds a cap of \$25 billion per month. Redeem Treasury coupon securities up to these monthly caps and Treasury bills to the extent that coupon principal payments are less than the monthly caps.
- Reinvest into agency mortgage-backed securities (MBS) the amount of principal payments from the Federal Reserve's holdings of agency debt and agency MBS received in May that exceeds a cap of \$35 billion per month. Beginning on June 1, reinvest the amount of principal payments from the Federal Reserve's holdings of agency debt and agency MBS received in each calendar month that exceeds a cap of \$35 billion per month into Treasury securities to roughly match the maturity composition of Treasury securities outstanding.
- Allow modest deviations from stated amounts for reinvestments, if needed for operational reasons.
- Engage in dollar roll and coupon swap transactions as necessary to facilitate settlement of the Federal Reserve's agency MBS transactions."

The vote also encompassed approval of the statement below for release at 2:00 p.m.:

"Recent indicators suggest that economic activity has continued to expand at a solid pace. Job gains have remained strong, and the unemployment rate has remained low. Inflation has eased over the past year but remains elevated. In recent months, there has been a lack of further progress toward the Committee's 2 percent inflation objective.

The Committee seeks to achieve maximum employment and inflation at the rate of 2 percent over the longer run. The Committee judges that

the risks to achieving its employment and inflation goals have moved toward better balance over the past year. The economic outlook is uncertain, and the Committee remains highly attentive to inflation risks.

In support of its goals, the Committee decided to maintain the target range for the federal funds rate at 5¼ to 5½ percent. In considering any adjustments to the target range for the federal funds rate, the Committee will carefully assess incoming data, the evolving outlook, and the balance of risks. The Committee does not expect it will be appropriate to reduce the target range until it has gained greater confidence that inflation is moving sustainably toward 2 percent. In addition, the Committee will continue reducing its holdings of Treasury securities and agency debt and agency mortgage-backed securities. Beginning in June, the Committee will slow the pace of decline of its securities holdings by reducing the monthly redemption cap on Treasury securities from \$60 billion to \$25 billion. The Committee will maintain the monthly redemption cap on agency debt and agency mortgage-backed securities at \$35 billion and will reinvest any principal payments in excess of this cap into Treasury securities. The Committee is strongly committed to returning inflation to its 2 percent objective.

In assessing the appropriate stance of monetary policy, the Committee will continue to monitor the implications of incoming information for the economic outlook. The Committee would be prepared to adjust the stance of monetary policy as appropriate if risks emerge that could impede the attainment of the Committee's goals. The Committee's assessments will take into account a wide range of information, including readings on labor market conditions, inflation pressures and inflation expectations, and financial and international developments."

Voting for this action: Jerome H. Powell, John C. Williams, Thomas I. Barkin, Michael S. Barr, Raphael W. Bostic, Michelle W. Bowman, Lisa D. Cook, Mary C. Daly, Philip N. Jefferson, Adriana D. Kugler, Loretta J. Mester, and Christopher J. Waller.

Voting against this action: None.

Consistent with the Committee's decision to leave the target range for the federal funds rate unchanged, the

Board of Governors of the Federal Reserve System voted unanimously to maintain the interest rate paid on reserve balances at 5.4 percent, effective May 2, 2024. The Board of Governors of the Federal Reserve System voted unanimously to approve the establishment of the primary credit rate at the existing level of 5.5 percent, effective May 2, 2024.

It was agreed that the next meeting of the Committee would be held on Tuesday–Wednesday, June 11–12, 2024. The meeting adjourned at 10:05 a.m. on May 1, 2024.

Notation Vote

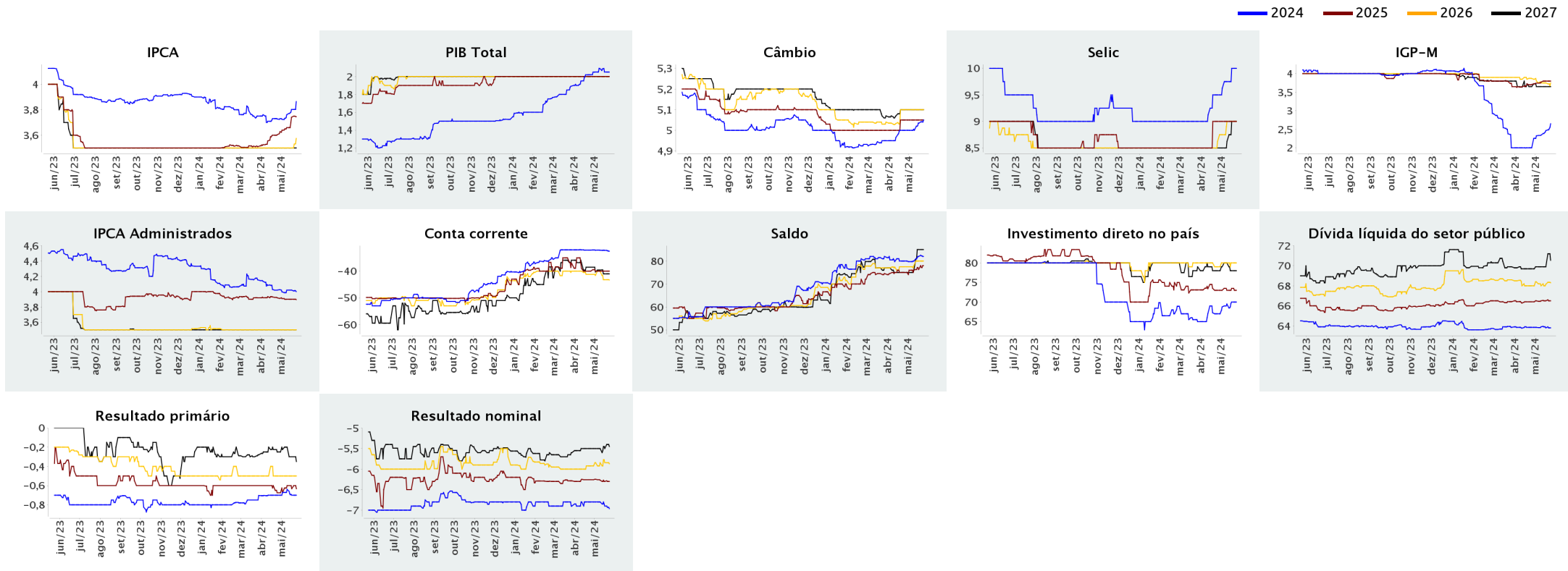
By notation vote completed on April 9, 2024, the Committee unanimously approved the minutes of the Committee meeting held on March 19–20, 2024.

Joshua Gallin
Secretary

Mediana - Agregado

	2024							2025							2026					2027				
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **
IPCA (variação %)	3,73	3,80	3,86	▲ (3)	153	3,86	109	3,60	3,74	3,75	▲ (4)	150	3,77	108	3,50	3,50	3,58	▲ (1)	134	3,50	3,50	3,50	▲ (47)	126
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,02	2,05	2,05	▲ (1)	110	2,00	57	2,00	2,00	2,00	▲ (24)	105	2,00	56	2,00	2,00	2,00	▲ (42)	83	2,00	2,00	2,00	▲ (44)	81
Câmbio (R\$/US\$)	5,00	5,04	5,05	▲ (2)	119	5,05	75	5,05	5,05	5,05	▲ (5)	117	5,05	74	5,10	5,10	5,10	▲ (5)	90	5,10	5,10	5,10	▲ (5)	85
Selic (% a.a)	9,50	10,00	10,00	▲ (1)	145	10,25	81	9,00	9,00	9,00	▲ (5)	141	9,00	80	8,63	9,00	9,00	▲ (2)	123	8,50	9,00	9,00	▲ (1)	116
IGP-M (variação %)	2,00	2,47	2,65	▲ (4)	77	2,84	51	3,71	3,80	3,80	▲ (1)	68	3,80	45	3,87	3,75	3,75	▲ (2)	61	3,65	3,65	3,65	▲ (4)	56
IPCA Administrados (variação %)	4,02	4,02	4,00	▼ (1)	95	4,02	76	3,92	3,90	3,90	▲ (2)	87	3,90	70	3,50	3,50	3,50	▲ (15)	60	3,50	3,50	3,50	▲ (34)	56
Conta corrente (US\$ bilhões)	-32,10	-32,20	-32,50	▼ (2)	27	-33,55	12	-40,00	-40,00	-40,00	▲ (5)	26	-40,00	12	-41,20	-43,20	-43,30	▼ (2)	21	-38,50	-41,00	-41,00	▲ (1)	17
Balança comercial (US\$ bilhões)	80,00	82,00	82,00	▲ (1)	25	79,50	13	75,00	76,30	78,00	▲ (4)	21	78,00	11	77,50	80,00	80,00	▲ (1)	16	75,00	85,00	85,00	▲ (1)	13
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	67,00	70,00	70,00	▲ (1)	25	69,50	10	73,00	73,50	73,00	▲ (1)	24	71,00	10	79,00	80,00	80,00	▲ (3)	20	78,00	78,00	78,00	▲ (1)	17
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	63,85	63,80	63,80	▲ (1)	26	63,60	13	66,40	66,50	66,50	▲ (3)	26	66,00	13	68,00	68,15	68,30	▲ (2)	23	69,70	69,90	70,55	▲ (1)	22
Resultado primário (% do PIB)	-0,70	-0,70	-0,70	▲ (1)	48	-0,80	25	-0,68	-0,63	-0,63	▲ (1)	46	-0,70	24	-0,50	-0,50	-0,50	▲ (12)	33	-0,25	-0,30	-0,35	▲ (2)	30
Resultado nominal (% do PIB)	-6,80	-6,90	-6,96	▲ (2)	25	-7,07	14	-6,26	-6,30	-6,30	▲ (1)	24	-6,30	13	-5,92	-5,84	-5,87	▲ (1)	20	-5,50	-5,50	-5,45	▲ (1)	18

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis





Expectativas de Mercado

24 de maio de 2024

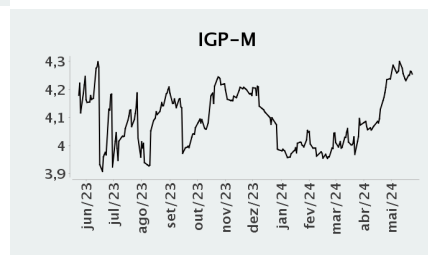
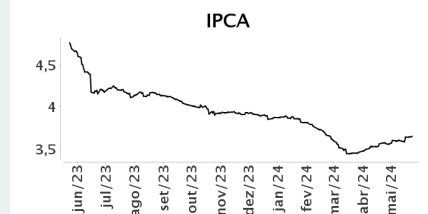
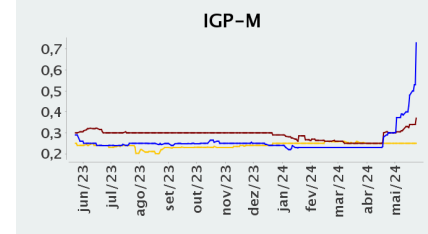
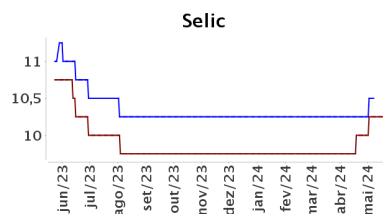
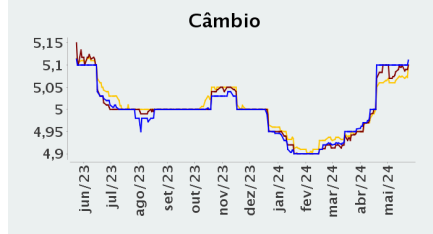
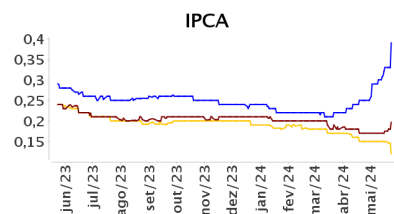
▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Mediana - Agregado

	mai/2024						jun/2024						jul/2024						Infl. 12 m suav.					
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	0,25	0,33	0,39	▲ (4)	148	0,40	0,17	0,18	0,20	▲ (2)	147	0,20	0,15	0,15	0,12	▼ (1)	147	0,10	3,56	3,64	3,65	▲ (2)	128	3,64
Câmbio (R\$/US\$)	5,10	5,10	5,11	▲ (1)	111	5,12	5,10	5,10	5,10	= (1)	111	5,10	5,06	5,08	5,10	▲ (3)	111	5,10						
Selic (% a.a)	10,25	-	-				10,00	10,25	10,25	= (3)	142	10,25	-	-	-									
IGP-M (variação %)	0,30	0,48	0,73	▲ (6)	73	0,78	0,30	0,34	0,37	▲ (4)	72	0,44	0,25	0,25	0,25	= (8)	72	0,25	4,23	4,23	4,25	▲ (1)	64	4,24

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias

— mai/2024 — jun/2024 — jul/2024



ETTJ Inflação Implícita (IPCA)

Vertices	ETTJ IPCA	ETTJ PREF	Inflação Implícita
126	7,0404	10,289	3,0349
252	6,1471	10,519	4,1187
378	6,0427	10,7404	4,43
504	6,069	10,9411	4,5933
630	6,1014	11,1161	4,7263
756	6,1226	11,2647	4,8454
882	6,134	11,3883	4,9506
1.008	6,1389	11,4894	5,041
1.134	6,1397	11,5709	5,117
1.260	6,138	11,6359	5,1799
1.386	6,1348	11,687	5,2312
1.512	6,1308	11,7266	5,2725
1.638	6,1264	11,757	5,3055
1.764	6,1219	11,7799	5,3316
1.890	6,1175	11,7967	5,3518
2.016	6,1133	11,8088	5,3673
2.142	6,1094	11,817	5,3789
2.268	6,1059	11,8224	5,3875
2.394	6,1027	11,8254	5,3935
2.520	6,1	11,8267	5,3974
2.646	6,0977	11,8266	5,3996
2.772	6,0958		
2.898	6,0943		
3.024	6,0932		
3.150	6,0925		
3.276	6,0921		
3.402	6,0921		
3.528	6,0924		
3.654	6,093		
3.780	6,0939		
3.906	6,0951		
4.032	6,0965		
4.158	6,0982		
4.284	6,1001		



Fonte: Bloomberg

RELATÓRIO GESTÃO DE RISCO RPPS/SC – IPREV/SC
ABRIL/2024
30/04/2024

A Portaria 1.467/22 do Ministério da Previdência e do Trabalho – MPT – estabelece, em seu Art. 129º, a confecção de relatórios, no mínimo semestrais acerca da aderência da gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência – RPPS – às normas em vigor e à suas Políticas de Investimentos – PI -, senão vejamos:

“Art. 129. Deverão ser emitidos **relatórios, no mínimo, semestralmente**, que contemplem:

I - as conclusões dos exames efetuados, **inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos do RPPS às normas em vigor** e à política de investimentos;

II - **as recomendações a respeito de eventuais deficiências**, com estabelecimento de cronograma para seu saneamento, quando for o caso; e

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único: As conclusões, recomendações, análises e manifestações deverão ser levadas em tempo hábil ao conhecimento dos órgãos ou instâncias com atribuições para determinar as providências necessárias.” (Grifo Nosso)

Assim, A Diretoria de Investimentos, pelo presente relatório demonstra, na periodicidade legalmente estabelecida, bem como de acordo com a Política de Investimentos – PI – de 2024, o acompanhamento dos critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

O objetivo é verificar se foram realizados os procedimentos necessários para avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

RISCO DE MERCADO

O acompanhamento do risco de mercado é feito através do cálculo do **VaR (Value at Risk)** por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado é feito por meio do cálculo do **VaR** por cota, com o objetivo do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV/SC - controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (**VaR**) é feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
RENDA FIXA	5%
RENDA VARIÁVEL	20%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	20%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	20%

Abaixo seguem os valores do **VaR** consolidado por segmento na data deste relatório.



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA										Data Extrato: 30/04/2024			
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS													
Análise de Risco													
Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0%										Value-At-Risk (R\$): 3.394.524,85		Value-At-Risk: 0,47%	
	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	Limite ⁽⁵⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira					
Artigo 7º	1,30	0,42	5,00	0,41	-0,72	-0,04	718.605.664,52	98,68					
Artigo 8º	13,76	6,57	20,00	0,06	-0,23	-2,27	9.585.230,34	1,32					
ESTADO DE SANTA CATARINA		0,47		0,47			728.190.894,86	100,00					
Renda Fixa										Value-At-Risk: 0,42%			
Artigo 7º I, Alinea b													
Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira					
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	0,98	0,24	0,03	0,25	-0,61	0,28	131.055.550,80	18,00					
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,00	0,01	0,00	0,00	-5,67	0,86	8.793.893,70	1,21					
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	3,47	1,24	0,27	0,02	-0,73	-1,63	164.859.909,03	22,64					
BB RF REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LONGO PRAZO	0,00	0,02	0,00	0,00	-1,05	0,88	188.238.517,32	25,85					
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	5,25	1,98	0,02	0,03	-0,73	-2,93	8.440.784,49	1,16					
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,93	0,53	0,06	0,01	-0,57	-0,22	90.008.432,16	12,36					
BB PREV IRF-M 1+	4,19	1,24	0,02	0,03	-0,48	-1,11	12.550.388,37	1,72					
Sub-total	1,55	0,50	0,41		-0,71	-0,21	603.947.475,87	82,94					
Artigo 7º III, Alinea a													
Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira					
BB PREV RF FLUXO FIC	0,01	0,02	0,00	0,01	-12,72	0,80	114.658.188,65	15,75					
Sub-total	0,01	0,02	0,00		-12,72	0,80	114.658.188,65	15,75					
Renda Variável										Value-At-Risk: 6,57%			
Artigo 8º I													

20 de 21



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA										Data Extrato: 30/04/2024	
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS											
Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira			
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	13,76	6,57	0,06	1,51	-0,23	-2,27	9.585.230,34	1,32			
Sub-total	13,76	6,57	0,06		-0,23	-2,27	9.585.230,34	1,32			

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)
(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)
(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(5) Limite Política de Investimentos (%)

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório o **Risco de Mercado** está de acordo com os limites estabelecidos na Política de Investimentos de 2024.

RISCO DE CRÉDITO

O IPREV/SC utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
PRAZO	-	Longo prazo	Longo prazo
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA

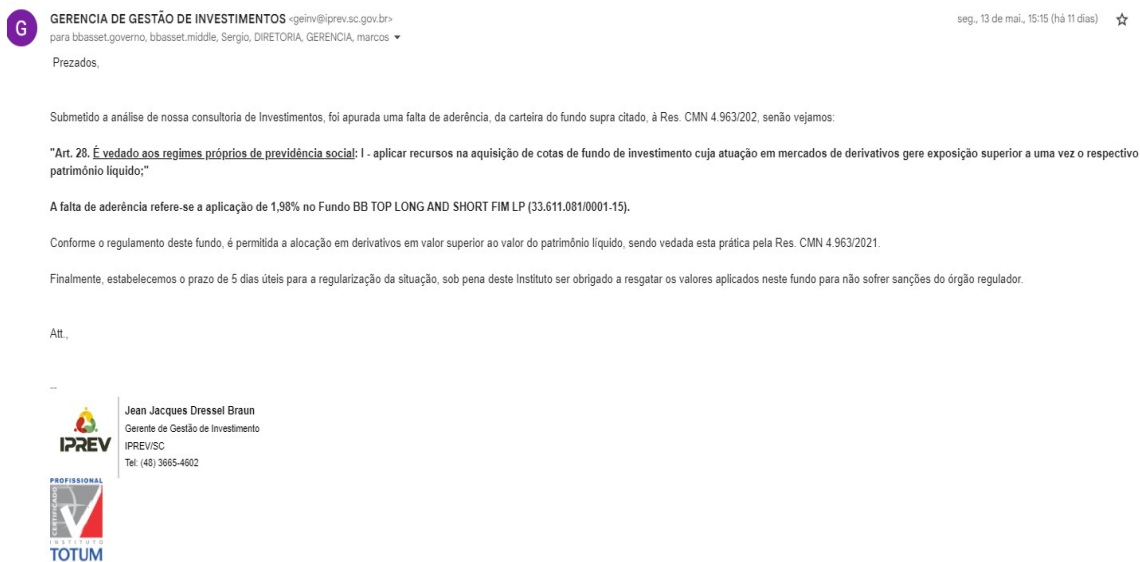
Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

- Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;
- Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

No mês de fevereiro/2024 foram solicitados, à LDB, a análise de todos os fundos, conforme recomendação feita no Relatório de Maio/2023. Procedida à análise, a consultoria concluiu que o Fundo BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA aloca 1,98 % de seus recursos em cotas do fundo BB Top Long and Short FIM LP (33.611.081/0001-15) e, conforme regulamento deste fundo investido, é permitida a alocação em derivativos superior ao valor do patrimônio líquido, procedimento vetado pela Res. 4.963/2021.

Todos os outros fundos foram considerados aptos para investimento.

Considerando que os regimes próprios de previdência social poderão manter em carteira, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação à Resolução 4.963, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa e que, se o desinvestimento acarretaria prejuízos comparativamente à sua manutenção, a DINV prontamente diligenciou o Banco do Brasil quanto a esta situação através do e-mail abaixo:



Isto posto, estamos no aguardo das providencias solicitadas ao Banco do Brasil quanto a demanda.

Todas as análises encontram-se arquivadas digitalmente em pasta própria no atalho SERVIDOR_ARQUIVOS(\\NTIPREV-AD2) (S:) > DINV > Investimentos > GESTÃO DE RISCO > Abertura Carteiras fundos > BB > 2024 > ABR > Análise Fundos.

A próxima verificação análise, a ser solicitada junto à Consultoria LDB, será em junho/2024.

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório os **Riscos de Crédito**, estão de acordo com os limites estabelecidos na Política de Investimentos 2024.

RESSALVA-SE:

- a) O desenquadramento existente frente ao Fundo BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA.

RISCO DE LIQUIDEZ

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	80 %
De 31 dias a 365 dias*	0 %
Acima de 365 dias	0%

*Alteração aprovada pelo Conselho de Administração (Processo IPREV 4837/2023) em 09/2023.

Abaixo seguem os prazos de investimentos da carteira do RPPS/SC na data deste relatório.

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório os **Riscos de Liquidez**, estão de acordo com os limites estabelecidos na Política de Investimentos 2024.



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA	Data Extrato: 30/04/2024
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS	

Análise de Liquidez

Período	Valor (R\$)	(%)	(%) Limite Mínimo P.I.	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
de 0 a 30 dias	728.190.894,86	100,00	80,00	728.190.894,86	100,00	80,00
de 31 dias a 365 dias	0,00	0,00	0,00	728.190.894,86	100,00	80,00
acima de 365 dias	0,00	0,00	0,00	728.190.894,86	100,00	80,00

RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Dessa forma, para a gestão desse risco serão realizadas ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle destacamos:

- O acompanhamento e análise mensal dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos neste relatório, o qual é realizado na frequência estabelecida;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos. Com a criação de Diretoria de Investimentos em 01/02/2024, estas competências serão assumidas a esta nova estrutura, a qual elaborará todos os manuais de procedimentos relativos aos investimentos até o fim do ano de 2024.

- c) O acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento, os quais nesse momento se encontram assim certificados:

Tipo de Certificação Profissional	Membros Certificados	Data de Vencimento da Certificação
Certificação Profissional ANBIMA CPA – 10	Saulo Rodolfo Vidal	29/09/2024
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Yuri Carioni Engelke	19/12/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Abelardo O. Rocha Junior	13/01/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Jean J. Dressel Braun	13/09/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Aliceana de Andrade Graciosa	28/12/2027

d) Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento. Em reunião realizada pelo Comitê de Investimentos em 27/07/23, ficou estabelecido que, antes de ser realizada esta formalização, o REGULAMENTO DE CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO IPREV/SC deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração. Neste sentido, em 07/08/23 foi aberto o processo IPREV 4808/2023, que foi encaminhado ao Conselho de Administração, em 22/08/23, para deliberação acerca da demanda. Este processo já foi concluído, com o regulamento sendo aprovado. Com a criação da Diretoria de Investimento, esta será responsável, até o fim do ano, pela formalização das atribuições/responsabilidade/alçadas de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle dos investimentos do RPPS/SC.

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório todos os Riscos Operacionais estão sendo geridos de acordo com a legislação pertinente, bem como com o estabelecido na Política de Investimentos 2024.

RESSALVA-SE:

- b) A não existência de documento que estabelece a formalização das atribuições/responsabilidade/alçadas de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle dos investimentos do RPPS/SC.

RISCO DE TERCEIRIZAÇÃO

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não

isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

Todavia, o IPREV/SC, até presente data faz GESTÃO PRÓPRIA de seus investimentos.

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório o **Risco de Terceirização** está sendo minimizado, pois o IPREV/SC realiza gestão/administração própria de seus investimentos. De toda forma a Diretoria de Investimentos acompanha a eficiência da gestão dos fundos, conferindo a evolução das cotas, o risco legal, o de crédito e o de mercado através deste relatório.

RISCO LEGAL

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- a) Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário;
- b) Da realização de relatórios de *compliance*, a exemplo do presente, que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal, analisados e aprovados pelo Comitê de Investimentos IPREV/SC;

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório o **Risco Legal** está sendo minimizado, com a Diretoria de Investimentos conferindo a evolução das cotas, o risco legal, o de crédito e o de mercado através deste relatório.

RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses

para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

Na data de elaboração deste relatório, o IPREV/SC concentra seus investimentos em fundos do Banco do Brasil, lastreados em sua grande maioria (98,68%) em títulos públicos federais e CDBs de emissão daquele banco. De toda forma, procura não ultrapassar os limites legais estabelecidos para fundo emissor ou para um fator de risco (Benchmark) conforme podemos atestar na tabela abaixo:

Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA										Data Extrato: 30/04/2024	
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS											
Posição de Ativos e Enquadramento											
RENDA FIXA											98,68%
Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)											
Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo	
BB	BB	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	0,90	-0,14	0,28	2,70	131.055.550,80	18,00	6.756.075.412,20	1,94	
BB	BB	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREIRO SELIC FIC FI	0,06	0,04	0,86	3,45	8.793.893,70	1,21	11.299.881.216,84	0,08	
BB	BB	BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	3,91	-0,62	-1,63	-1,53	164.859.909,03	22,64	5.056.024.851,42	3,26	
BB	BB	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,06	0,04	0,88	3,52	188.238.517,32	25,85	28.684.758.881,76	0,66	
BB	BB	BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	6,09	-1,03	-2,93	-4,49	8.440.784,49	1,16	1.477.536.197,19	0,57	
BB	BB	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,75	-0,17	-0,22	1,77	90.008.432,16	12,36	5.149.829.191,06	1,75	
BB	BB	BB PREV IRF-M 1+	3,27	-0,48	-1,11	0,12	12.550.388,37	1,72	374.694.824,12	3,35	
Sub-total Artigo 7º I, Alínea b			1,69	-0,24	-0,21	1,47	603.947.475,87	82,94			
Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)											
Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo	
BB	BB	BB PREV RF FLUXO FIC	0,06	0,04	0,80	3,20	114.658.188,65	15,75	4.150.521.759,60	2,76	
Sub-total Artigo 7º III, Alínea a			0,06	0,04	0,80	3,20	114.658.188,65	15,75			
Renda Fixa			1,26	-0,19	-0,04	1,77	718.605.664,52	98,68			
RENDA VARIÁVEL											1,32%
Artigo 8º I (Fundos de Ações)											
Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo	
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	14,28	-1,29	-2,27	-7,60	9.585.230,34	1,32	320.731.770,13	2,99	
Sub-total Artigo 8º I			14,28	-1,29	-2,27	-7,60	9.585.230,34	1,32			
Renda Variável			14,28	-1,29	-2,27	-7,60	9.585.230,34	1,32			
Total			1,35	-0,21	-0,08	1,64	728.190.894,86	100,00			

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório o **Risco Sistemático** está sendo minimizado, tendo em vista que o IPREV/SC concentra seus investimentos em fundos de investimentos do Banco do Brasil lastreados em títulos públicos federais e CDB's daquele banco, bem como não ultrapassa os limites legais estabelecidos para fundo emissor ou para um fator de risco (Benchmark).

RISCO DE DESENQUADRAMENTO PASSIVO – CONTINGENCIAMENTO

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartada. Em caso de ocorrência de desenquadramento, a Diretoria de Investimentos de

Investimentos do IPREV/SC se reunirá para analisar, caso a caso, com intuito de encontrar a melhor solução e o respectivo plano de ação, sempre pensando na preservação do Patrimônio do IPREV/SC. Segue a Planilha de Enquadramentos das Aplicações do RPPS/SC na data deste Relatório:



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA Data Extrato: 30/04/2024
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Enquadramento da Carteira

Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Politica de Investimentos			ALM	Pró-Gestão Nivel 2 Limite Legal
				Mínimo	Objetivo	Máximo		
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	603.947.475,87	82,94	0,00	85,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	114.658.188,65	15,75	0,00	13,00	60,00	0,00	70,00
Total Renda Fixa		718.605.664,52	98,68					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	9.585.230,34	1,32	0,00	2,00	30,00	0,00	40,00
Total Renda Variável		9.585.230,34	1,32					40,00
Total		728.190.894,86	100,00					

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório o **Risco de Desenquadramento** está minimizado, conforme atesta a tabela acima.

Florianópolis/SC, 30/04/2024.

Yuri Carione Engelke
Diretor de Investimentos

Aliceana de Andrade Graciosa
Gerente de Riscos de Investimentos

Jean Jacques Dressel Braun
Gerente de Gestão de Investimentos

APROVAÇÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RPPS/SC:

Abelardo Osni Rocha Junior
Presidente

Jean Jacques Dressel Braun
Membro

Aliceana de Andrade Graciosa
Membro

Yuri Carioni Engelke
Membro

Saulo Rodolfo Vidal
Membro



Assinaturas do documento



Código para verificação: **AS80U55K**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN (CPF: 727.XXX.979-XX) em 27/05/2024 às 17:05:45

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:08:03 e válido até 13/07/2118 - 14:08:03.

(Assinatura do sistema)



YURI CARIONI ENGELKE (CPF: 053.XXX.109-XX) em 06/06/2024 às 14:51:32

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:45:10 e válido até 30/03/2118 - 12:45:10.

(Assinatura do sistema)



ALICEANA DE ANDRADE GRACIOSA (CPF: 041.XXX.449-XX) em 13/06/2024 às 14:40:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 19/11/2019 - 13:19:16 e válido até 19/11/2119 - 13:19:16.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFFMDAwMDI5NTVfMjk1N18yMDI0X0FTODBVNTVL> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IPREV 00002955/2024** e o código **AS80U55K** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

POLITICA DE ALÇADAS INVESTIMENTOS - IPREV-SC

FUNDO - SC FUTURO						
SEGMENTO	GESTÃO	OPERACIONALIZAÇÃO	ALOCAÇÃO	ALÇADA		
Renda Fixa - Art. 7º, I, "a", "b" e "c"	Terceiros (Fundos de Investimentos) e Carteira Própria	Aplicação Simplificada pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 20% PL	20% PL até 80%	Acima de 80% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV	GEINV e DINV	DINV e Presidente
			Desinvestimentos para Pagamento de Benefício	GEAFC e DIAD		
Renda Fixa - Art. 7º, II - Operações Compromissadas	Carteira Própria	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 1% PL	de 1% até 3% PL	Acima de 3% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Renda Fixa - Art. 7º, III, "a" e "b"	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação Simplificada pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 10% PL	10% PL até 30%	Acima de 30% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
			Desinvestimentos para Pagamento de Benefício	GEAFC e DIAD		
Renda Fixa - Art. 7º, IV - Ativos de Renda Fixa	Carteira Própria	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 5% PL	de 5% até 10% PL	Acima de 10% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Renda Fixa - Art. 7º, V, "a", "b" e "c"	Terceiros (Fundos de Investimentos) e Carteira Própria	Aplicação Instruída e/ou Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 1% PL	de 1% até 3% PL	Acima de 3% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Renda variável - Art. 8º I e II	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 5% PL	5% PL até 10% PL	Acima de 10% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Exterior - Art. 9º I, II e III	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 3% PL	3% PL até 5% PL	Acima de 5% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Multimercado - Art. 10º I	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 3% PL	3% PL até 5% PL	Acima de 5% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Multimercado - Art. 10º II e III - Fundo de Participações e Mercado de Acesso	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Independente de Valor		
			Investimentos/Desinvestimentos	CONAD, Comitê, Presidente e DINV		
Fundo de Investimento Imobiliário - Art. 11				Comitê, Presidente e DINV		

Obs: Para alocações de investimentos e desinvestimentos será considerado primeiramente o percentual de limite da Política de Investimentos da alocação como referência para fins de alçada

POLITICA DE ALÇADAS INVESTIMENTOS - IPREV-SC

FUNDO - SC SEGURO						
SEGMENTO	GESTÃO	OPERACIONALIZAÇÃO	ALOCAÇÃO	ALÇADA		
Renda Fixa - Art. 7º, I, "a", "b" e "c"	Terceiros (Fundos de Investimentos) e Carteira Própria	Aplicação Simplificada pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 20% PL	20% PL até 80% PL	Acima de 80% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV	GEINV e DINV	DINV e Presidente
			Desinvestimentos para Pagamento de Benefício	GEAFC e DIAD		
Renda Fixa - Art. 7º, II - Operações Compromissadas	Carteira Própria	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 1% PL	de 1% até 3% PL	Acima de 3% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Renda Fixa - Art. 7º, III, "a" e "b"	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação Simplificada pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 10% PL	10% PL até 30% PL	Acima de 30% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
			Desinvestimentos para Pagamento de Benefício	GEAFC e DIAD		
Renda Fixa - Art. 7º, IV - Ativos de Renda Fixa	Carteira Própria	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 5% PL	de 5% até 10% PL	Acima de 10% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Renda Fixa - Art. 7º, V, "a", "b" e "c"	Terceiros (Fundos de Investimentos) e Carteira Própria	Aplicação Instruída e/ou Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 1% PL	de 1% até 3% PL	Acima de 3% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Renda variável - Art. 8º I e II	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 5% PL	5% PL até 10% PL	Acima de 10% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Exterior - Art. 9º I, II e III	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 3% PL	3% PL até 5% PL	Acima de 5% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Multimercado - Art. 10º I	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação pelo Gerenciador Financeiro	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Até 3% PL	3% PL até 5% PL	Acima de 5% PL
			Investimentos/Desinvestimentos	GEINV e GRISC	GEINV e DINV	DINV e Presidente
Multimercado - Art. 10º II e III - Fundo de Participações e Mercado de Ações	Terceiros (Fundos de Investimentos)	Aplicação Instruída	Aplicação Novos Fundos de Investimentos	Independente de Valor		
			Investimentos/Desinvestimentos	CONAD, Comitê, Presidente e DINV		
Fundo de Investimento Imobiliário - Art. 11				Comitê, Presidente e DINV		

Obs: Para alocações de investimentos e desinvestimentos será considerado primeiramente o percentual de limite da Política de Investimentos da alocação como referência para fins de alçada

ROL DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA¹

A Portaria do 1.467/2022 do Ministério do Trabalho e Previdência determina, no § 1º de seu Artigo 103º, que as aplicações dos recursos do RPPS somente poderão ser realizadas por meio de instituições **autorizadas ou credenciadas pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil**.

Além disso, o § 3º daquele artigo, também estabelece que devam ser observados e formalmente atestados pela unidade gestora do RPPS:

- a) O registro/autorização e a inexistência de suspensão/inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente;
- b) A observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) A análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores;
- d) A experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros; e
- e) A análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.

Desta forma, buscando atender o estabelecido pela legislação, para a instituição se submeter ao processo de credenciamento, junto ao RPPS/SC, deve apresentar (data recente) a seguinte documentação:

1) De **Forma Geral**:

- a) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- b) Ato declaratórios da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, **situação cadastral junto a CVM;**
- c) **Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil - BACEN e** certidão BACEN quanto à situação da Instituição;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União – CND expedida, conjuntamente pelo Ministério da Economia, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Certidões negativas de débitos tributários relativas aos entes municipal, estadual e distrital;
- f) Certidão de regularidade junto ao Fundo de garantia do Tempo de Serviço (FGTS) expedida pela Caixa Econômica Federal;
- g) Cópia atualizada do Ato Constitutivo e última alteração, devidamente registrados;
- h) **Relação dos principais contatos com RPPS/SC: cargo, e-mail e telefone;**

¹ Em atendimento ao Art. 9º do Regulamento do Credenciamento Prévio de Instituições Financeiras Aptas a Receberem Aplicações dos Recursos do RPPS/SC.



- i) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - j) **Termo de Credenciamento (preenchido) específico para o serviço a ser oferecido pela instituição ou outro que o venha a substituir.**
- 2) Para **Administradores de Fundos de Investimento**:
- a) Relação dos fundos de investimentos ofertados enquadrados à Resolução CMN 4963/21, citando suas respectivas classes;
 - b) Declaração Anexo II.
- 3) Para **Gestores de Fundo de Investimento**:
- a) **Relação de Regimes Próprios de Previdência Social investidores;**
 - b) Declaração Anexo III.
- 4) Para **Instituições Financeiras bancárias emissoras de ativos financeiros** aptos a receberem diretamente as aplicações do RPPS:
- a) Relação de ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias, ofertados aos RPPS's;
 - b) Declaração Anexo I.
- 5) Para **Corretoras ou Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários** para as operações diretas com títulos de emissão do Tesouro nacional registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC:
- a) Declaração Anexo IV.
- 6) Para o **Fundo de Investimento**:
- a) Comprovação que atenda a legislação vigente do Conselho Monetário Nacional, bem como o Administrador faça parte da lista exaustiva das instituições que atendem as condições previstas no artigo 21º, § 2º, I, da Resolução CMN 4.963/2021;
 - b) Enviar os seguintes documentos referentes a cada um dos Fundos de Investimentos que serão submetidos ao processo de Credenciamento:
 - i) Questionário ANBIMA Padrão Due Diligence para Fundos de Investimentos – Seção 2 / Anexo I, preenchido, atualizado e devidamente assinado pelos responsáveis pela instituição financeira;
 - ii) Último Regulamento e Lâmina atualizada do Fundo;
 - iii) Formulário de Informações Complementares;
 - iv) Material Publicitário do Fundo.

Importante: Toda a documentação deverá ser enviada para o e-mail geinv@iprev.sc.gov.br.



ANEXO I

PAPEL COM TIBRE DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei e para os devidos fins, que(instituição financeira), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade, Estado....., na Rua....., inscrito no CNPJ sob o nº

- a. Para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b. Segrega a administração de recursos de terceiros da eventual administração de recursos próprios, possuindo todas as salvaguardas e controles operacionais previstos em lei e regulamentações;
- c. Não possui penalidade imputada pela CVM em razão de infração média e/ou grave nos 05 (cinco) anos anteriores à data deste processo de credenciamento);
- d. Não será efetuada quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária;
- e. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Cidade, data.

Assinatura responsável pela Instituição Financeira



ANEXO II
(Administradores)

PAPEL COM TIBRE DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei e para os devidos fins, que(instituição financeira), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade, Estado....., na Rua....., inscrito no CNPJ sob o nº

- a. Para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b. Segrega a administração de recursos de terceiros da eventual administração de recursos próprios, possuindo todas as salvaguardas e controles operacionais previstos em lei e regulamentações;
- c. Não possui penalidade imputada pela CVM em razão de infração média e/ou grave nos 05 (cinco) anos anteriores à data deste processo de credenciamento);
- d. Não será efetuada quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária;
- e. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f. Ter realizado, nos 12 (doze) meses anteriores a este credenciamento, a gestão ou a administração de ativos financeiros no valor mensal de, no mínimo, R\$ 100.000.000.000 (cem bilhões de reais);
- g. Detém, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de RPPS, face ao Art. 21, § 2º, Inciso II da 4.963;

Cidade, data.

Assinatura responsável pela Instituição Financeira

ANEXO III

(Gestores)

PAPEL COM TIBRE DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei e para os devidos fins, que(instituição financeira), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade, Estado....., na Rua....., inscrito no CNPJ sob o nº

- a. Para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b. Segrega a administração de recursos de terceiros da eventual administração de recursos próprios, possuindo todas as salvaguardas e controles operacionais previstos em lei e regulamentações;
- c. Não possui penalidade imputada pela CVM em razão de infração média e/ou grave nos 05 (cinco) anos anteriores à data deste processo de credenciamento);
- d. Não será efetuada quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária; somente os administradores dos fundos poderiam dar esta declaração
- e. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f. Ter realizado, nos 12 (doze) meses anteriores a este credenciamento, a gestão ou a administração de ativos financeiros no valor mensal de, no mínimo, R\$ 100.000.000.000 (cem bilhões de reais);
- g. Adere ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros e/ou possuir compliance atuante.

Cidade, data.

Assinatura responsável pela Instituição Financeira

ANEXO IV

(Corretoras ou Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários)

PAPEL COM TIBRE DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei e para os devidos fins, que(instituição financeira), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade, Estado....., na Rua....., inscrito no CNPJ sob o nº

- a. Para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b. Segrega a administração de recursos de terceiros da eventual administração de recursos próprios, possuindo todas as salvaguardas e controles operacionais previstos em lei e regulamentações;
- c. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d. Não possui penalidade imputada pela CVM em razão de infração média e/ou grave nos 05 (anos anteriores à data deste processo de credenciamento);
- e. É (Não é) dealer do Tesouro Nacional.

Cidade, data.

Assinatura responsável pela Instituição Financeira

CHECKLIST ROL DOCUMENTOS
CRENCIAMENTO
ADMINISTRADORES DE FUNDOS DE
INVESTIMENTO

BANCO DO BRASIL - IPREV 2693/2024

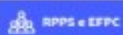
Nº	DOCUMENTO	OK?	Pg.:
01	Regulamento de Credenciamento		
02	Última Lista Exaustiva de Instituições Financeiras autorizadas pelo MPS.		
03	Comprovação de Gestão e Administração de Recursos de Recursos acima do limite definido no Regulamento de Credenciamento		
04	Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ)		
05	Ato declaratório da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), situação cadastral junto a CVM; são dois documentos (Não bastaria o 1º?)		
06	Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil - BACEN e certidão BACEN quanto à situação da Instituição; são dois documentos (Não bastaria o 2º?)		
07	Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União – CND expedida, conjuntamente pelo Ministério da Economia, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;		
08	Certidões negativas de débitos tributários relativas aos entes municipal, estadual e distrital; separar		
09	Certidão de regularidade junto ao Fundo de garantia do Tempo de Serviço (FGTS) expedida pela Caixa Econômica Federal;		
10	Cópia atualizada do Ato Constitutivo e última alteração, devidamente registrados;		
12	Relação dos principais contatos com RPPS: cargo, e-mail e telefone;		
13	Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.		
14	Termo de credenciamento (preenchido) específico para o serviço a ser oferecido pela instituição ou outro que o venha a substituir.		
15	Relação dos fundos de investimentos ofertados enquadrados à Resolução CMN 4963/21, citando suas respectivas classes.		
16	Declaração Anexo II.		
17	E-mail à instituição informando abertura de processo.		

Comentar [31]: Já consta do Termo

Comentar [32]: Nós vamos fazer.

Acrescentar: Débitos Trabalhistas?
Falências, Concordatas emitidas pelos TJs?

Público alvo



Res. CMN nº 4.963/21: Art. 7, I, b

Nome do Fundo	CNPJ	Carência	Tx. Adm. %	Taxa Média (IPCA +)*
BB RF TP 2024	49.964.484/0001-88	15/08/2024	0,10	8,93%
BB RF TP 2025	53.828.338/0001-00	15/05/2025	0,10	6,03%
BB RF TP 2026	54.602.092/0001-09	15/08/2026	0,10	6,17%
BB RF TP 2027	46.134.096/0001-81	15/05/2027	0,20	6,15%
BB RF TP 2028	49.963.751/0001-00	15/08/2028	0,15	6,17%
BB RF TP 2030	46.134.117/0001-69	15/08/2030	0,20	6,10%
BB RF TP 2032	49.963.803/0001-30	15/08/2032	0,15	6,14%
BB RF TP 2035	49.963.829/0001-89	15/05/2035	0,10	6,17%
BB RF TP 2040	54.603.050/0001-92	15/08/2040	0,10	6,13%

* Os valores apresentados nas taxas acima são indicativos brutos e fazem referência ao fechamento do mercado (Anbima) para a data de referência.

SC FUTURO

Prazo Aplicação,	CNPJ	ENQUADRAMENTO	NOME FUNDO	EXE	ALE	TJE	TCE	MPE	TOTAIS
				806.111-4	806.115-7	806.114-9	806.113-0	806.112-2	
D0	04.857.834/0001-79	Artigo 7º, Inciso I, 'b'	RF LP TESOUREO SELIC	562.969,33	-	428.817,59	-	71.099,39	1.062.886,31
D0	12.077.415/0001-05	Artigo 7º, Inciso III, 'a'	BB Previd RF Fluxo	-	-	-	-	-	-
TOTAIS				562.969,33	-	428.817,59	-	71.099,39	1.062.886,31

FUNDO FINANCEIRO REMANESCENTE

Prazo Aplicação, Resgate, Crédito	CNPJ	ENQUADRAMENTO	NOME FUNDO	ALE	TJE	TCE	MPE	TOTAIS
				806.011-8	806.012-6	806.013-4	806.014-2	
D0, D1, D1	03.543.447/0001-03	Artigo 7º, Inciso I, 'b'	PREVID RF IMA-B 5	-	34.451.265,01	-	8.713.635,18	43.164.900,19
D0, D1, D1	07.442.078/0001-05		BB PREVID IMA-B TP	1.181,22	54.301.083,87	762.282,96	1.148.382,21	56.212.930,26
D0, D2, D2	13.327.340/0001-73		PREVID RF IMA-B 5+	-	3.560.514,11	-	-	3.560.514,11
D0	11.046.645/0001-81		BB RF REFERENCIADO	-	152.850.536,81	-	26.207.252,88	179.057.789,67
D0	04.857.834/0001-79		RF LP TESOUREO SELIC	1.761.319,12	2.462.259,34	5.824.468,89	-	10.048.047,35
D0, D3, D3	35.292.588/0001-89		BB Prev RF Ret Total	-	89.513.326,24	-	19.690.075,20	108.203.411,54
D0	12.077.415/0001-05	Artigo 7º, Inciso III, 'a'	BB Previd RF Fluxo	-	-	-	-	-
D1, D1, D4	18.270.732/0001-99	Artigo 8º, Inciso II, alínea a	Ação Alocação	-	6.167.007,15	-	-	6.167.007,15
TOTAIS				1.762.500,34	342.306.002,63	6.586.751,85	55.759.345,45	406.414.600,27

FUNDO FINANCEIRO

Prazo Aplicação, Resgate, Crédito	CNPJ	ENQUADRAMENTO	NOME FUNDO	EXE	ALE	TJE	TCE	MPE	IPREV/comp. prev.	Sentença Judicial	TOTAIS
				806.016-9	806.017-7	806.018-5	806.019-3	806.020-7	5151-9	806.021-5	
D0, D1, D1	03.543.447/0001-03	Artigo 7º, Inciso I, 'b'	PREVID RF IMA-B 5	-	-	-	-	2.283.428,12	-	-	2.283.428,12
D0, D1, D1	32.161.826/0001-29		BB PREVID RF IRF-M 1+	-	-	-	-	12.642.140,74	-	-	12.642.140,74
D0, D1, D1	07.442.078/0001-05		BB PREVID IMA-B TP	-	-	-	-	26.888.178,43	-	-	26.888.178,43
D0, D2, D2	13.327.340/0001-73		PREVID RF IMA-B 5+	-	-	-	-	719.005,28	-	-	719.005,28
D0	11.046.645/0001-81		BB RF REFERENCIADO	-	-	-	-	107.676.619,55	-	-	107.676.619,55
D0, D3, D3	35.292.588/0001-89		BB Prev RF Ret Total	-	-	-	-	23.677.124,93	-	-	23.677.124,93
D0	12.077.415/0001-05	Artigo 7º, Inciso III, 'a'	BB Previd RF Fluxo	118.564.542,77	23.932.760,87	18.046.653,14	4.842.861,22	14.946.423,47	27.104,57	1.131.189,81	181.491.535,85
D1, D1, D4	18.270.732/0001-99	Artigo 8º, Inciso I	Ação Alocação	-	-	-	-	3.437.649,29	-	-	3.437.649,29
TOTAIS				118.564.542,77	23.932.760,87	18.046.653,14	4.842.861,22	192.270.569,81	27.104,57	1.131.189,81	358.815.682,19

FUNDO ADMINISTRAÇÃO

Prazo Aplicação, Resgate, Crédito	CNPJ	ENQUADRAMENTO	NOME FUNDO	806.015-0
				D0
D0	12.077.415/0001-05	Artigo 7º, Inciso III, 'a'	BB Previd RF Fluxo	24.858.546,31
TOTAL				59.744.426,20

RESUMO GERAL

SC FUTURO	1.062.886,31	0,13%
ANTIGO FUNDO PREVIDENCIARIO	406.414.600,27	49,20%
FUNDO FINANCEIRO (SC SEGURO)	358.815.682,19	43,44%
FUNDO ADMINISTRAÇÃO	59.744.426,20	7,23%
TOTAL	826.037.594,97	100,00%

ENQUADRAMENTOS

ARTIGO	NOME FUNDO	SC FUTURO	FF REMANESCENT	FF	ADM	TOTAIS	% por Fundo	Total por Artigo	% por Artigo	LIMITES			
										OBJ	MAX	LEGAL	
Artigo 7º, Inciso I, 'b'	PREVID RF IMA-B 5	-	43.164.900,19	2.283.428,12	-	45.448.328,31	5,50	-	-	-	-	-	
	BB PREVID RF IRF-M 1+	-	-	12.642.140,74	-	12.642.140,74	1,53	-	-	-	-	-	
	BB PREVID IMA-B TP	-	56.212.930,26	26.888.178,43	-	83.101.108,69	10,06	-	-	-	-	-	
	PREVID RF IMA-B 5+	-	-	3.560.514,11	719.005,28	-	4.279.519,39	0,52	610.082.856,37	73,86	44,00	100,00	100,00
	BB RF REFERENCIADO	-	179.057.789,67	107.676.619,55	34.885.879,89	-	321.620.289,11	38,94	-	-	-	-	-
	RF LP TESOUREO SELIC	-	10.048.047,35	-	-	-	10.048.047,35	1,22	-	-	-	-	-
Artigo 7º, Inciso III, 'a'	BB Prev RF Ret Total	1.062.886,31	108.203.411,54	23.677.124,93	-	132.943.422,78	16,09	-	-	-	-	-	
Artigo 7º, Inciso I	Ação Alocação	-	6.167.007,15	3.437.649,29	-	9.604.656,44	1,16	206.350.082,16	24,98	47,00	60,00	60,00	
TOTAIS		1.062.886,31	406.414.600,27	358.815.682,19	59.744.426,20	826.037.594,97	100,00	826.037.594,97	100,00				

LISTA PRESEÇA REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RPPS/SC
28/05/24

Nome:

Assinatura:

Jean Jacques Azevedo Braun

Juni Larion Crystle

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

ERNESTO MONTIBELI FILHO

Aliciana de Andrade Gerson



ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS/SC – 28/05/2024 (DOCUMENTO IPREV 2955/2024)

Às quatorze horas do dia vinte oito de maio de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se, na sala de reuniões do Gabinete da Presidência do IPREV/SC, os seguintes membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC, sob a presidência do Senhor Yuri Carione Engelke (Diretor de Investimentos - DINV): Sr. Jean Jacques Dressel Braun e Sra. Aliceana Andrade Graciosa. Nesta reunião também participaram o Sr. Marcos Almeida (videoconferência), representante da empresa de consultoria LDB, bem como o Sr. Mauro Luiz de Oliveira, Presidente do IPREV/SC, e seu Assessor de Gabinete, Sr. Ernesto Montibeler Filho. Nesta data, o Comitê reuniu-se para tratar da seguinte **Pauta do dia: 1– Posição carteira em ABRIL de 2024; 2- Cenários Macroeconômicos; 3- Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos de ABRIL de 2024; 4- Aprovação política de alçadas; 5- Alteração Rol de Documentos para Credenciamento; 6 - Credenciamento BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A; 7- Contribuições do EXECUTIVO ao SC FUTURO; 8- Demandas relativas aos recursos remanescentes do antigo fundo previdenciário.** Inicialmente foi informado pelo Presidente que todos os documentos, a serem discutidos e analisados nesta reunião, foram disponibilizados aos membros do Comitê para prévia leitura e análise. Lida a pauta, passou-se a sua execução. **1 – Posição carteira em ABRIL de 2024** – Resumidamente, em 04/2024, destacou-se a rentabilidade consolidada do mês de - 0,08% frente a uma meta de 0,76%. No ano de 2024, a rentabilidade foi de 1,64%, para uma meta de 3,44%. Os fundos totalizaram o valor de R\$ 728.190.894,86. Passou-se, a seguir, ao **item 2 da Pauta – Cenários Macroeconômicos** - Foram disponibilizados e analisados os seguintes documentos: a) Relatório da Empresa LDB acerca da carteira de Investimentos em 04/2024 (30/04/2024); b) Relatório da Empresa LDB acerca cenário macroeconômico de maio de 2024; c) Ata da 262ª reunião do COPOM em 7 e 8/05/2024; d) Ata da reunião do FOMC/FED em 30/04 e 01/05/2024; e) Relatório FOCUS de 24/05/24; f) Tabela ANBIMA de curva de juros de 24/05/2024; g) Gráfico comparativo da evolução das taxas de juros (5anos) do Brasil e dos EUA. Neste íterim, destacaram-se as informações do Boletim FOCUS de 24/05/2024, informando previsão de variação positiva da inflação em 3,86% para 2024, 3,75% para 2025 e 3,58 para 2026. Quanto à SELIC, o mesmo boletim também indicou variação positiva da taxa SELIC em 10% para 2024 e de 9,00% em 2025 a 2027. Novamente houve uma abertura da curva de juros futuros, principalmente pelas incertezas quanto ao controle da inflação no mundo e a desconfiança no cumprimento das metas fiscais no Brasil. Assim os fundos IMAS-B, novamente, tiveram forte volatilidade. Destacam-se as atas do COPOM e FOMC no sentido de incertezas quanto ao “afrouxamento” da política monetária, enquanto não houver sólidos indícios de controle da inflação. Na tabela ABIMA pode-se observar a abertura das taxas de juros nos prazos longos. Com base nestas informações, foi decidido, por unanimidade, manter-se a postura conservadora na gestão, priorizando a alocação em fundos de Renda Fixa de benchmark em CDI e com a manutenção de uma posição de segurança em fundos IMA, principalmente em fundos de títulos públicos enquadrados ao Art. 7º, I, b, da Resolução CMN nº 4.963/2, e uma posição mínima em renda variável. Passou-se, a seguir, ao **item 3 da Pauta - Aprovação do**

Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos de ABRIL de 2024 - Como todos os membros puderam analisar o Relatório antecipadamente, este não foi lido, mas colocado imediatamente em discussão. Não havendo mais nenhuma manifestação ou sugestão ao Relatório de MARÇO/24, o presidente colocou em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Passou-se, a seguir, ao **item 4 da Pauta - Aprovação política de alçadas** – Constante dos documentos encaminhados a todos antecipadamente, nos autos do Documento IPREV 2955/2024, a minuta dos níveis de alçadas sugeridos foi amplamente discutida e restou decidido, por unanimidade, que a mesma sofreria algumas alterações e voltaria ser analisada na próxima reunião. Passou-se, a seguir, ao **item 5 da Pauta - Alteração Rol de Documentos para Credenciamento** – O rol de documentos, com as alterações em destaque, foi encaminhado a todos antecipadamente, nos autos do Documento IPREV 2955/2024. Após apresentação e discussão das sugestões de alteração, a proposta foi aprovada por unanimidade. Passou-se, a seguir, ao **item 6 da Pauta – Credenciamento BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A** - O Sr. Yuri (DINV) informou que foi finalizado o credenciamento da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O Termo de Credenciamento foi assinado pelo DINV e pelo Presidente e já se encontra publicado no site externo do IPREV/SC, como prevê a legislação. Passou-se, a seguir, ao **item 7 da Pauta – Contribuições do EXECUTIVO ao SC FUTURO** – Segundo o Diretor de Investimentos, no mês de maio foi parametrizado no SIGRH a rubrica para o SC Futuro e, no dia 28/05, foram repassados os valores das contribuições corretamente. Ainda foram verificados alguns pontos a corrigir para o próximo mês. Mas apesar disso, não foi comprometida a operacionalização. Passou-se, a seguir, ao **item 8 da Pauta – Demandas relativas aos recursos remanescentes do antigo fundo previdenciário** – Foi informado a todos, pelo Sr. Presidente do IPREV/SC, que está sendo elaborada uma alteração à lei que estabeleceu a segregação de massas, que prevê que estes recursos serão destinados ao SC SEGURO. Sem mais nada a tratar eu, Jean Jacques Dressel Braun, lavrei a presente Ata assinada pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC. Florianópolis, 28 de maio de 2024.

Yuri Carioni Engelke
Membro do Comitê de Investimentos

Jean Jacques Dressel Braun
Membro do Comitê de Investimentos

Aliceana Andrade Graciosa
Membro do Comitê de Investimentos



Assinaturas do documento



Código para verificação: **I6PE54G8**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN (CPF: 727.XXX.979-XX) em 06/06/2024 às 14:47:58

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:08:03 e válido até 13/07/2118 - 14:08:03.

(Assinatura do sistema)



YURI CARIONI ENGELKE (CPF: 053.XXX.109-XX) em 06/06/2024 às 14:51:32

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:45:10 e válido até 30/03/2118 - 12:45:10.

(Assinatura do sistema)



ALICEANA DE ANDRADE GRACIOSA (CPF: 041.XXX.449-XX) em 13/06/2024 às 14:40:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 19/11/2019 - 13:19:16 e válido até 19/11/2119 - 13:19:16.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFfMDAwMDI5NTVfMjk1N18yMDI0X0k2UEU1NEc4> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IPREV 00002955/2024** e o código **I6PE54G8** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ROL DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA¹

A Portaria do 1.467/2022 do Ministério do Trabalho e Previdência determina, no § 1º de seu Artigo 103º, que as aplicações dos recursos do RPPS somente poderão ser realizadas por meio de instituições **autorizadas ou credenciadas pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil**.

Além disso, o § 3º daquele artigo, também estabelece que devam ser observados e formalmente atestados pela unidade gestora do RPPS:

- a) O registro/autorização e a inexistência de suspensão/inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente;
- b) A observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) A análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores;
- d) A experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros; e
- e) A análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.

Desta forma, buscando atender o estabelecido pela legislação, para a instituição se submeter ao processo de credenciamento, junto ao RPPS/SC, deve apresentar (data recente) a seguinte documentação:

1) De **Forma Geral**:

- a) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- b) Ato declaratórios da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- c) Certidão BACEN quanto à situação da Instituição;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União – CND expedida, conjuntamente pelo Ministério da Economia, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Certidões negativas de débitos tributários relativas aos entes municipal, estadual e distrital;
- f) Certidão de regularidade junto ao Fundo de garantia do Tempo de Serviço (FGTS) expedida pela Caixa Econômica Federal;
- g) Cópia atualizada do Ato Constitutivo e última alteração, devidamente registrados;
- h) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

¹ Em atendimento ao Art. 9º do Regulamento do Credenciamento Prévio de Instituições Financeiras Aptas a Receberem Aplicações dos Recursos do RPPS/SC.



- 2) Para **Administradores de Fundos de Investimento**:
 - a) Relação dos fundos de investimentos ofertados enquadrados à Resolução CMN 4963/21, citando suas respectivas classes;
 - b) Declaração Anexo II.

- 3) Para **Gestores de Fundo de Investimento**:
 - a) Declaração Anexo III.

- 4) Para **Instituições Financeiras bancárias emissoras de ativos financeiros** aptos a receberem diretamente as aplicações do RPPS:
 - a) Relação de ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias, ofertados aos RPPS's;
 - b) Declaração Anexo I.

- 5) Para **Corretoras ou Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários** para as operações diretas com títulos de emissão do Tesouro nacional registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC:
 - a) Declaração Anexo IV.

- 6) Para o **Fundo de Investimento**:
 - a) Comprovação que atenda a legislação vigente do Conselho Monetário Nacional, bem como o Administrador faça parte da lista exaustiva das instituições que atendem as condições previstas no artigo 21º, § 2º, I, da Resolução CMN 4.963/2021;
 - b) Enviar os seguintes documentos referentes a cada um dos Fundos de Investimentos que serão submetidos ao processo de Credenciamento:
 - i) Questionário ANBIMA Padrão Due Diligence para Fundos de Investimentos – Seção 2 / Anexo I, preenchido, atualizado e devidamente assinado pelos responsáveis pela instituição financeira;
 - ii) Último Regulamento e Lâmina atualizada do Fundo;
 - iii) Formulário de Informações Complementares;
 - iv) Material Publicitário do Fundo.

Importante: Toda a documentação deverá ser enviada para o e-mail geinv@iprev.sc.gov.br.



ANEXO I

PAPEL COM TIBRE DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei e para os devidos fins, que(instituição financeira), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade, Estado....., na Rua....., inscrito no CNPJ sob o nº

- a. Para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b. Segrega a administração de recursos de terceiros da eventual administração de recursos próprios, possuindo todas as salvaguardas e controles operacionais previstos em lei e regulamentações;
- c. Não possui penalidade imputada pela CVM em razão de infração média e/ou grave nos 05 (cinco) anos anteriores à data deste processo de credenciamento);
- d. Não será efetuada quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária;
- e. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Cidade, data.

Assinatura responsável pela Instituição Financeira

ANEXO II
(Administradores)

PAPEL COM TIBRE DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei e para os devidos fins, que(instituição financeira), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade, Estado....., na Rua....., inscrito no CNPJ sob o nº

- a. Para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b. Segrega a administração de recursos de terceiros da eventual administração de recursos próprios, possuindo todas as salvaguardas e controles operacionais previstos em lei e regulamentações;
- c. Não possui penalidade imputada pela CVM em razão de infração média e/ou grave nos 05 (cinco) anos anteriores à data deste processo de credenciamento);
- d. Não será efetuada quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária;
- e. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f. Ter realizado, nos 12 (doze) meses anteriores a este credenciamento, a gestão ou a administração de ativos financeiros no valor mensal de, no mínimo, R\$ 100.000.000.000 (cem bilhões de reais);
- g. Detém, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de RPPS, face ao Art. 21, § 2º, Inciso II da 4.963;

Cidade, data.

Assinatura responsável pela Instituição Financeira



ANEXO III
(Gestores)

PAPEL COM TIBRE DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei e para os devidos fins, que(instituição financeira), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade, Estado....., na Rua....., inscrito no CNPJ sob o nº

- a. Para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b. Segrega a administração de recursos de terceiros da eventual administração de recursos próprios, possuindo todas as salvaguardas e controles operacionais previstos em lei e regulamentações;
- c. Não possui penalidade imputada pela CVM em razão de infração média e/ou grave nos 05 (cinco) anos anteriores à data deste processo de credenciamento);
- d. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e. Ter realizado, nos 12 (doze) meses anteriores a este credenciamento, a gestão ou a administração de ativos financeiros no valor mensal de, no mínimo, R\$ 100.000.000.000 (cem bilhões de reais);
- f. Adere ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros e/ou possuir compliance atuante.

Cidade, data.

Assinatura responsável pela Instituição Financeira

ANEXO IV
(Corretoras ou Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários)



PAPEL COM TIBRE DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei e para os devidos fins, que(instituição financeira), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade, Estado....., na Rua....., inscrito no CNPJ sob o nº

- a. Para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c. Não possui penalidade imputada pela CVM em razão de infração média e/ou grave nos 05 (anos anteriores à data deste processo de credenciamento);
- d. É (Não é) dealer do Tesouro Nacional.

Cidade, data.

Assinatura responsável pela Instituição Financeira



Assinaturas do documento



Código para verificação: **0A94ARK1**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN (CPF: 727.XXX.979-XX) em 06/06/2024 às 14:49:48

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:08:03 e válido até 13/07/2118 - 14:08:03.

(Assinatura do sistema)



YURI CARIONI ENGELKE (CPF: 053.XXX.109-XX) em 06/06/2024 às 14:51:32

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:45:10 e válido até 30/03/2118 - 12:45:10.

(Assinatura do sistema)



ALICEANA DE ANDRADE GRACIOSA (CPF: 041.XXX.449-XX) em 13/06/2024 às 14:40:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 19/11/2019 - 13:19:16 e válido até 19/11/2119 - 13:19:16.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFfMDAwMDI5NTVfMjk1N18yMDI0XzBBOTRBUksx> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IPREV 00002955/2024** e o código **0A94ARK1** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.